Ata da 530ª Reunião Ordinária do CES/PE

Conselho Estadual de Saúde – CES/PE

Ao trigésimo dia do mês de Junho de dois mil e vinte e um, àsquatorze horas teve início aqüingentésimatrigésima Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Saúde - CES/PE, localizado a Rua João Fernandes Vieira, 518 - Boa Vista – Recife – PE. Por Web-conferência no Telesaúde.Presentes as entidades e respectivos representantes: José Carlos Tavares, Trabalhador, Sindisprev, Titular; Ivonete Maria Batista, Trabalhador, Sindsprev, Suplente;João Batista Fortunato, Trabalhador, SINDSAÚDE, Titular; Brígyda Maria Fernandes Soares, Trabalhador, Sinfarpe, Titular; Irís Maria da Silva, Trabalhador, CRP-02; José Felipe Pereira, Trabalhador, Sindsep/PE, Titular; Oilda Maria da Silva, Trabalhador, CREFONO, Suplente; AdmaBelarmino de Sousa, Trabalhador, Sindupe, Titular; Rosa Maria de Lima Gomes, Trabalhador, SOEPE, Titular; Ana Caroline Novaes Soares, Trabalhador, Coren/PE, Suplente; Silvania Timóteo de Lima, Trabalhador, SINDACS/PE, Titular; Magdiel Matias de Vasconcellos, Trabalhador, SATENPE, suplente; Euclides Monteiro Neto, Usuário, Instituto Brasileiro Pró-Cidadania, Titular; Luiz Sebastião da Silva, Usuário, Instituto Brasileiro Pró-Cidadania, Suplente;Elizete Maria Viana Maciel, Usuário, Casa de Apoio Vovó Bibia, Titular; Ziuna da Costa Cirne, Usuário, Casa de Apoio Vovó Bibia, Suplente; Josefa Renê Santos Costa, Usuário, Aduseps, Titular; Mônica Maria Gusmão Costa, Usuário, Aduseps, Suplente; Isaac Machado de Oliveira, Usuário, Saravida, titular; Maria Thereza Almeida Antunes, Usuário, Associação de Pais e Amigos de pessoas com Síndrome de Down, Suplente; Alan Patrício Menezes Silva, Usuário, CUT, Titular; Eugenia Gonçalves de Lemos, Usuário, CUT, Suplente; Ana Mônica Ribeiro Nascimento Cordeiro, Usuário, Pastoral da Saúde, Titular; Adeildo Antônio da Silva, Usuário, Pastoral da Saúde, Suplente; Antenor Martins de Lima Filho, Usuário, FETAPE, Titular; Cristina Maria de Andrade, Usuário, FETAPE, Suplente; Ubirajara Alves de Lima, Usuário, FECOPE, Titular;Antônio José Gomes de Oliveira, Usuário, FECOPE, Suplente; Jair Brandão de Moura Filho, Usuária, GESTOS, Titular; José Cândido da Silva, Usuário, Gestos, Suplente;Julio Cesar Bezerra da Silva, Usuário, Circulo Operário de Nazaré da Mata, Suplente; Paula Thauany de Alencar Lúcio, Usuário, Madre Paulina, Titular; José Wilson Alencar de Oliveira, Usuária, Madre Paulina, Suplente;Erivânia Ferreira da Silva, Usuário, ADVAMPE, Titular; Natasha Amanda Lima da Silva, Usuário, Amotrans, Titular; Karla Dias Macedo da Silva, Usuário, Amotrans, Suplente; Elizabeth Cavalcanti Jales, Gestor/Prestador, Secretaria de Educação, Titular; Humberto Maranhão Antunes, Gestor/Prestador, Secretária de Saúde, Suplente; Lidiane Rodrigues Gonzaga, Gestor/Prestador, Secretaria de Saúde, Titular; Jany Welma Albuquerque, Gestor/Prestador, Secretaria de Saúde, Suplente; Maria Fernanda Gomes Ribeiro de Andrade, Gestor/Prestador, SEPLAG, Titular; Gustavo Brito Marinho Falcão, Gestor/Prestador, Seplag, Suplente; Amaro Henrique Pessoa Lins, Gestor/Prestador, Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas de Pernambuco, Titular.1.Justificativas de ausências: 2. Informes: 3. Homologações 3.1 Apreciação da Ata da 526ª Reunião Ordinária do CES/PE; 3.2 Parecer da Comissão de Análise e Orçamento referente ao 1º Relatório Detalhado Quadrimestral da Saúde (RDQ) 2021; 3.3 Pauta da 531ª Reunião Ordinária do CES/PE: Aprimoramento do Monitoramento dos Contratos de Gestão das OSS e seu Funcionamento no período de 2016-2020 (fluxo de acesso, ampliação e equipagem dessasunidades); 3.4 Agregar a temática da Tuberculose na discussão da Pauta da 536ª ReuniãoOrdinária do CES/PE: Fortalecimento das Ações de Prevenção, Detecção e Tratamento das DST/AIDS, Hepatites Virais, HTLV e Sífilis Congênita; 3.5 Nota de Apoio CES/PE às ações de enfretamento a toda sorte de LGBTfobia às pessoas LGBTQIA+, especialmente no mês de junho, alusivo ao Orgulho Internacional LGBTQIA+; 3.6 Nota de Solidariedade à jovem trans que foi atacada e teve seucorpoqueimado no Recife(textoemanexo); 4.Judicialização da Saúde Exposição: Geraldo Jorge Filho–Gestor Governamental de Controle Interno; 5.Debate; 6. Representações Externas: Comissão Estadual de Integral de Serviço e Ensino–CIES/PE (01 titular e 01 suplente); 7.Encerramento.O conselheiro Humberto saúda a todas e todos e inicia a Reunião Ordinária 530º, Pergunta a Suzana se tem alguma justificativa de Ausência. Suzana informa que sim, justificaram a ausência as conselheiras Ludmila Outtes e a conselheira Cícera Maria. O conselheiro Humberto passa para os informes pergunta se tem algum informe na pauta ou abrir para alguém que queira fazer um informe. Suzana informa que esta Livre. O Conselheiro Humberto pergunta se algum deseja fazer algum informe. Com a fala o conselheiro Sebastião, ele cumprimenta a todos presentes e agradece a Deus por mais essa reunião nesse momento de estarem juntos, informa que a partir do dia 21 do mês de Junho houve o Aniversário do Circulo Operário de Nazaré da Mata e gostaria de agradecer a todos que contribuíram e estão ajudando o Circulo Operário, todos os conselheiros também que estão ajudando o Circulo Operário, não cita nomes mais agradece a todos que estão ajudando, estão fazendo um trabalho belíssimo lá em Nazaré da Mata e também estão ganhando presente, o Circulo Operário esta ganhando presente. Agradecem sobre esse acontecimento que estão fazendo e estão fazendo 70 anos e ganharam diversas coisas e vai fazer uma prestação de contas porque da o dever desse mês que vem da uma prestação de contas para dizer as coisas que ganharam. E além disso ganharam roupas, comidas, cestas básicas já distribuíram 15 cestas básicas e agasalhos que são as roupas usadas que quem tiver roupas usadas, pede a Autorização de Suzana para deixar no conselho e na forma que tiver juntando alguma roupa ele estará levando para Nazaré da Mata. Nazaré da Mata igual a outras cidades pobres também tem muitas necessidades estão contribuindo e ajudando a minimizar o problema da tristeza das pessoas humildes que estão precisando de alguma coisa, é isso que gostaria de agradecer a Deus e a todos que ajudaram. O conselheiro Humberto agradece também. Com a fala o conselheiro Isaac, ele diz que ontem participou de um seminário virtual com o pessoal da Educação permanente de todos os Estados participaram, foi uma Reunião Nacional onde se colocaram vários informes, vão ter uma capacitação em Mídia para os conselheiros de cada Estado. O Conselho Estadual de Pernambuco ficou com 10 vagas para poder participar mais acha que Lidiane como secretaria da comissão Executiva e ela tem mais alguns detalhes para dar, porque ficou entre o coordenador de Educação Permanente que é ele e a secretaria Executiva também ficou de dar isso em mais detalhes sobre essa capacitação. No mais foi muito boa, muito produtiva e gostaria de dizer que estão lá levantando a bandeira de Pernambuco, lutando por mais acessibilidade dessas reuniões virtuais porque quando pedem para escrever no chat tem que deixar bem claro que a inscrição de qualquer fala é ou é no chat ou é verbalmente para as pessoas com mobilidade reduzida então precisam colocar em pratica isso nas suas vidas tirar do papel e colocar em pratica é essa reflexão que deixa. Com a fala a conselheira Rosa, ela cumprimenta a todos diz que esta feliz porque pode participar já de antemão manda um abraço para todos e sua participação agora é para parabenizar o pessoal da enfermagem, tanto os Auxiliares como os Enfermeiros e técnicos de enfermagem pelo lindo movimento que fizeram hoje no Recife e diz que o SOEPE apoio indiscriminadamente qualquer categoria da saúde que tenha como proposta um piso nacional salarial que garanta no mínimo uma condição de vida melhor a cada um dos profissionais que tanto labutam mundo a fora e especialmente no Brasil e especialmente no campo da Covid. E demonstra a insatisfação plena pelos salários praticados pelo governo do Estado da Odontologia e da Enfermagem. Que são salários irrisórios que não garantem a sobrevivência digna de nenhum trabalhador que tanto tem contribuído com a saúde do Estado e do Brasil de uma forma geral do mundo inteiro. Da os Parabéns e diz que é assim que vão conseguir mostrar que é necessário dignidade para o trabalho e isso começa com a remuneração de todos os profissionais da saúde. O conselheiro Humberto passa para as homologações com relação a Ata da reunião 526 esta sob avaliação, pergunta se algum gostaria de fazer alguma consideração, contribuição de acréscimo ou redução. Considera a aprovada a ata 526. Ponto 3.2 parecer da comissão de analise e orçamento referente ao primeiro RDQ de 2021. Suzana diz que nesse ponto seria o coordenador Euclides ou alguém da comissão para poder fazer uma breve fala uma vez que o documento já foi socializado também nos Emails. O conselheiro Humberto diz que o RDQ também foi apresentado na ultima na ultima segunda-feira na Assembléia Legislativa para todos os deputados. E Euclides da comissão de analise e orçamento participou também da reunião. Pergunta quem pode falar da comissão. A conselheira Lidiane diz que tem Felipe, esta ela também, Jany. Com a fala o conselheiro Felipe, ele diz que enquanto comissão eles debateram não pode dizer exaustivamente mais com certo conteúdo, a apreciação do RDQ do primeiro quadrimestre buscaram outros detalhes como as emendas parlamentares trazido pelo conselheiro Joãoe aprofundaram a discussão é evidente que não tem eles vêem com riqueza de detalhes todos os mecanismos, pode dizer que com a riqueza de todos os detalhes que requer porque isso requer muito tempo, requer muito estudo, mais saúdam porque o percentual do estado investido em saúde ele supera o que diz a legislação que é 12%, se aproximou a 16% mesmo que investissem 100% da arrecadação do estado não iam atender a demanda de um único setor eles tem consciência disso. Mais eles tem a compreensão de que estão avançando mantendo o percentual de investimento em saúde dentro de um nível razoável das despesas do estado acima daquilo que dispõe a legislação que é 12% e saúdam isso como um avanço, parabenizam a gestão por esse compromisso de esta investindo mesmo que tenham muitas criticas em vários setores ou não conseguirem vê as coisas como gostaria mais eles tem a consciência e a tranquilidade de reafirmar que o investimento dentro desse patamar é uma coisa que é desejável para toda a sociedade Brasileira, era muito importante que o governo federal também se visse essa logica porque a cada ano vem diminuindo todos os investimentos em saúde fazendo com que a população cada vez mais fique diminuindo a sua assistência condicionada pela emenda constitucional 95 e outros instrumentos de gestão que faz com que a má vontade politica que não haja investimento, ao contrario de Pernambuco que conseguiram se mantar nesse patamar esperam manter os outros 3 quadrimestres esse mesmo patamar e fazendo uma discussão aberta sobre os gargalos que tem mais saúda e parabeniza a gestão por esse compromisso e essa transparência de trazer e os representantes da gestão no conselho quando questionados da semana anterior as demandas levantadas pelos conselheiros. O conselheiro Humberto agradece. O conselheiro Sebastião pede para fazer uma pequena observação diz que o conselheiro Ubirajara se engarrafou na entrada na internet diz que ele esta entrando agora ele disse que não tinham mandado o link para ele, mais Sebastião descobriu que o link esta no grupo. Diz que mesmo assim era bom mandar para cada conselheiro. O conselheiro Humberto diz que normalmente é enviado para todo mundo. Suzana informa que o link é enviado junto a convocatória nos e-mails com 7 dias de antecedências e no dia da reunião por volta das 11 horas socializam novamente no grupo do biênio dos conselheiros. Com a fala a conselheira Lidiane diz que se inscreve também no final dos itens para um informe da educação permanente, mais vai se deter ao item que esta sendo debatido que é o parecer quanto comissão de Orçamento também então gostaria só de registrar que a apreciação é do 1º Quadrimestre é um instrumento de planejamento de monitoramento tem a cada 4 meses para considerações do conselho e foi feito uma serie de achados e colocações dentro desse parecer que todos receberam então é um processo continuo de analise de contribuição que os conselhos fazem nas gestões através desse instrumento que é de monitoramento que é de construção e colocação e contribuições do controle social as gestões então só queria fazer o registro eles retomaram também a analise do relatório anual de gestão, a comissão de orçamento ela passeia em todos os instrumentos de planejamento e analisa minuciosamente todos eles estiveram analisando o relatório quadrimestral retomaram a analise do relatório anual de gestão 2020 e logo na agenda na próxima agenda vão esta na analise da programação anual 2022, muito provavelmente envolvendo todas as comissões do conselho esse momento de apreciação. O conselheiro Humberto passa para o ponto 3.3. pauta da próxima Reunião Ordinária do conselho o aprimoramento do monitoramento dos contratos de gestão das OSS e seu funcionamento do período de 2016 a 2020 (fluxo de acesso, ampliação e equipagem nessas unidades) então essa será a pauta da próxima reunião. A comissão executiva colocou. A conselheira Lidiane diz que foi a consolidação e ajuste na pauta que foi solicitada na 528 e incorporaram uma demanda e fizeram o ajuste para contemplar e fazer a condensação das que já estavam previstas para o mês de Julho quando fizeram essa adaptação coletivamente ontem na reunião da comissão executiva e trazendo hoje para homologação do pleno. O conselheiro Humberto diz que será importante que informe a DGMAIS e a SEAS a incorporação desses pontos para que na apresentação não seja deixado de lado nenhum pré requisito desse que esta sugerido. Passa para o ponto 3.4 agregar a temática Tuberculose na discussão da pauta 536 na reunião do conselho, fortalecimentos das ações de prevenção detecção e tratamento das doenças sexualmente transmissíveis AIDS, Hepatites virais, HTLV e sífilis congênita. Então também tem providenciar essas inclusões na apresentação desses temas da reunião 536. O conselheiro Cândido diz que é uma questão de correção nessa palavra do texto de DST porque não se usa mais DSTs são ISTs. O conselheiro Humberto diz que também viu isso mais esta escrito como DST ele sabe que é IST. A conselheira Lidiane diz que só fazendo uma justificativa mais vão ajustar, essa pauta já foi construída lá atrás em 2019 que fizeram aquela programação não dei para eles dar conta em 2020 já foi reprogramado para agora 2021 e realmente porque na ocasião ainda era e vão fazer o ajuste e a idéia foi uma demanda inclusive de Cândido e do comitê de tuberculose do estado de fazerem a discussão também da TB esse ano. Então incorporam na pauta mais se assemelhar e atemática se assemelhar com a pauta de Novembro a 536. Então vão incorporar a temática que foi solicitada pelo companheiro. O conselheiro Humberto passa para o ponto 3.5 nota de apoio do conselho estadual de saúde de Pernambuco as ações de enfrentamento a toda sorte de LGBTfobia as pessoas LBGTQIA+, especialmente no mês que Junho alusivo ao orgulho internacional LGBTQIA+. Pergunta se tem mais alguma coisa a completar a Suzana. Suzana diz que essa foi uma demanda que também chegou na comissão executiva. O conselheiro Humberto pergunta se a nota esta formalizada. Suzana informa que sim. E diz que já foi compartilhada nos emails. O conselheiro Humberto diz para compartilhar nos emails e registrar em Ata da reunião. Passa para o ponto 3.6 Nota de solidariedade a jovem trans que foi atacada e teve seu corpo queimado no Recife. Também tem uma nota de apoio referente a isso. Diz para dar a divulgação necessária a manifestação registrar na Ata da reunião do conselho. Suzana informa que a conselheira Oilda pediu inscrição para passar um informe da comissão de saúde mental antes de adentrar no tema do item 4. Com a fala a conselheira Oilda, ela cumprimenta a todos ela traz o informe da reunião da comissão de saúde que eles tiveram no dia 23 de Junho então tiveram como deliberação dessa reunião que a coordenação ela terá uma co-participação e terão uma coordenação semestral tinham algumas pessoas interessadas mais todos com as agendas ocupadas então ficou definido que a cada 6 meses vão circular com a coordenação dessa comissão. Então na comissão na coordenação a conselheira Irís e na vice coordenação a conselheira Mônica Gusmão representante da Aduseps e Irís Maria é psicóloga e eles iram fazer esse revezamento, então já tem na agenda deles até dezembro e as reuniões serão reuniões mensais também aberto para os demais conselheiros que queiram participar e também queiram os encaminhar pauta. O conselheiro Humberto agradece e diz que esta registrada a fala dela. Com a fala o conselheiro Sebastião, ele gostaria de parabenizar o apresentador do tema e diz que vai ser muito breve gostaria só de pedir aos novos conselheiros a indicação de um voto de aplauso ao aniversario do circulo operário de Nazaré da Mata. Era só isso que pusesse em votação para terem esse voto de aplauso. O conselheiro Humberto diz que vão deixar registrado e quem quiser deixar o voto de aplaudo se manifestar no chat. Quem quiser fazer o voto de aplauso para o circulo operário de Nazaré do aniversario faça no chat o registro. Com a fala o conselheiro Ubirajara, ele cumprimenta a todos ele estava com dificuldades e acabou de entrar, gostaria de saber de Suzana se esse é o momento, ele gostaria de participar da comissão de fiscalização e a de assessoramento. O conselheiro Humberto pede a Suzana para deixar registrado. O conselheiro Ubirajara também pede para participar da comissão de Ética e pesquisa da Fiocruz da Universidade Federal na vaga de suplência ele gostaria de fazer parte. Com a fala a conselheira Lidiane, ela diz que vai ser breve que é em relação ainda ao seminário o encontro que ocorreu ontem do Conselho Nacional sobre algumas frentes que o Conselho Nacional vai esta fazendo daqui a alguns dias vão ter o seminário que vai acontecer e vai ser aberto então vão poder assistir livre, além disso eles também vão estar lançando uma formação que se assemelha ao que eles já estão propondo aqui também que é o de letramento digital, mais eles vão focar especificamente em só uma ferramenta que é o Zoom, a ideia que tiveram na comissão de educação permanente e executiva era ampliar a formação para outras ferramentas não só o Zoom e a terceira e ultima é a oficina deles que se mantem e inicia a partir do dia 5, então vão estar circulando essas datas para que ninguém se perca e consiga participar de forma oportuna. Ela gostaria de fazer uma sugestão de organização para inserirem os retornos e os retornos e os informes das comissões no final da pauta e ficar sendo fixo dentro da agenda e dentro da organização deles que oportuniza sempre que uma comissão precisar fazer um registro deixam um momento reservado após a apresentação principal. O conselheiro Humberto diz para pactuarem assim que despreciona o início da reunião e vai dar um espaço maior as apresentações. Passa para o ponto 4. O tema dessa apresentação de hoje será Judicialização da saúde. Vão a oportunidade de conhecer esse tema acha que pela primeira vez no conselho estadual de saúde, vai ser apresentado pelo coordenador da equipeda secretaria estadual de saúdeque dá suporte a essas demandas judiciais, é o gestor governamental de controle interno Drº Geraldo Jorge Filho que vai fazer essa apresentação e posteriormente se disponibilizar para os debates com as questões que vierem a ser solicitadas os esclarecimentos. Com a fala o senhor Geraldo Jorge, ele cumprimenta a todos agradece inicialmente a oportunidade de expor esse tema aqui no conselho e os colocam a disposição a qualquer momento mesmo após a apresentação para quais quer outras solicitações referente a esse tema. Conforme já foi bem apresentado por Drº Humberto, ele se chama Geraldo é Gestor do governo servindo a secretaria de saúde e desde 2014 esta a frente do núcleo de ações judiciais, é uma estrutura criada na secretaria de saúde para preferencialmente cuidar da judicialização que afeta o sistema de saúde como um todo. Inicia com uma breve definição, uma definição sem muita pretensão do que é a judicialização ela em todos os focos que participam é entendido como um fenômeno uma forma de reivindicar o acesso ao serviço de saúde por meio de ações judiciais. É uma forma de abrir uma nova porta no SUS para atendimento as demandas da população, a maioria dessas solicitações são solicitações pertinentes, são solicitações justas. E elas encontram albergue na condição que o País oferece de judicializar tudo o que é possível. O próximo Slide traz um trecho da constituição que inclusive é um trecho garantidor de direitos e deveres e observam que nas ações judiciais que chegam no núcleo nessa estrutura ele traz um destaque que esse primeiro trecho: A saúde é direito de todos e dever do Estado no Artigo 196 da constituição desconsiderando todo o restante que esta em cinza, garantindo mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Que esse é o papel da estrutura de saúde o Gestor de saúde promover politicas sociais ou executar essas politicas que são discutidas pessoalmente nesse fórum que estão agora e são aprovadas e a judicialização ela vem garantindo os acessos individuais mesmo diante dessas politicas que tendem a abarcar, absorver demanda de vários e vários usuários SUS. De forma muito rápida e sintética demostrado o que é normalmente judicializado e verificam que a ordem não esta assim por mera coincidência ou acaso que ele tem medicamentos, tratamentos dos mais diversos, exames, consultas, insumos, equipamentos, órteses e próteses, diárias e passagens e outros. Essa é uma pequena amostra de tudo o que recebem lá na estrutura para dar conta da judicialização especifica da saúde e existem outros tipos é bem certo mais quando chega para eles que podem aparecer coisas tipo UTI Aérea, Roupara para que as pessoas se desloquem as unidades, passagens como já esta aqui nesse penúltimo item para que as pessoas façam o tratamento fora de sua residência e essas passagens são cobertas pelo TFD, Insumos dos mais diversos e medicamento para o tratamento de doenças que podem ser pontuais ou com curto período de tempo ou por um longo período de tempo e tratamentos, desde já ele coloca a situação que a judicialização ela de certa forma ela desorganiza os fluxos deles, os fluxos assistenciais e uma das propostas que receberam logo com a criação do Naj foi reorganizar esse fluxo, então muito do que entra judicialização é colocado de volta para a porta do SUS é colocado de volta para os serviços que o SUS já oferece e as pessoas judicializam em sua maioria por não conhecer ou por não ter tido acesso de imediato ao que ela esta solicitando. Já falou um pouco dos efeitos quais são os efeitos da judicialização na SES mais para a gestão e para os gestores a judicialização ela faz com que as pessoas que estão trabalhando diariamente nas politicas, elas tirem sua atenção para aquele dia a dia e se voltem para demandas que pelo mandamento judicial, pela ordem do juiz exigem que sejam cumpridas de imediato e isso causa uma desorganização no fluxo porque todo o gestor que é afetado pela judicialização ele vai ter sua atenção e recursos destinados a uma situação para atender uma pessoa enquanto vai deixar de fazer o atendimento ou a gestão das as quais eles são responsáveis. Diante dessa situação em 5/4/2014 foi criado a estrutura do Núcleo de ações judiciais. Pediu licença aos colegas para colocar uma foto e esse foi um embrião mais eles estão em outras instalações mais só pelo volume de papel é possível observar a quantidade de coisas que recebem são em torno de mil, ele tem esses números um pouco mais pra frente em torno de 1.700 e já chegaram a ter quase 2 mil ações por ano e tudo isso afeta o sistema de Saúde, o papel dessas pessoas e ele parte da equipe é de não só entender o que é que esta solicitando mais prover a melhor solução para cada demanda que chegue e essas demandas elas não são simplesmente atendidas e passam para outras, elas podem perdurar durante anos e anos enquanto a pessoa necessitar daquilo que foi o objeto que foi solicitado na ação. Demostram qual é a principal atribuição da estrutura núcleo de ações judiciais, esse trecho do texto esta numa minuta que vai ser analisada e a provada mais desde então desde 2014 o núcleo ele tem a finalidade de organizar e promover o atendimento das demandas judiciais relacionadas ao direito a saúde e entendem que essas demandas elas são as individuais então em baixo existe uma ressalva excluir das ações judiciais cujo os objetos sejam criações, Alterações ou inclusões de politicas públicas e as demandas coletivas originarias por falhas das politicas públicas de saúde, porque quando se fala em politica pública a judicialização ela tem que ser refreada ou ela tem que ser adequada há condição que a politica oferece e ele se afastam mesmo que a demanda ela venha direcionada a uma politica pública e tentam fazer essa adequação para que a politica não seja alterada a bem de uma pessoa e prejuízo de todas as pessoas que dela se beneficiam. A estrutura hoje é composta por 34 pessoas das mais diversas profissões, tem pessoas que trabalham na área de compras, nas mais diversas formações farmacêuticos, advogados, ele é administrador gestor governamental, tem pessoas lá que trabalham fazendo entregas dos medicamentos em todo o estado de Pernambuco nas regiões de mais dificuldades cujo acesso é difícil que a pessoa não consegue ir a uma farmácia mais próxima, recebe água, medicação, insumo produto na residência e a estrutura ela esta ligada ao secretario de saúde sob a coordenação da diretoria jurídica até Março de 2014 a coordenação era de Drº Humberto Antunes e mais recentemente a gestão decidiu ligar a diretoria jurídica pela proximidade do tema que é a judicialização. O fluxo resumido é um fluxo genérico no qual tenta demostrar como fazem o trabalho deles, analisando a demanda judicial e ela chega por meio de documento jurídico não são de fácil entendimento , aquela linguagem jurídica buscada com documentos médicos, ele tem uma equipe treinada para isso. Uma equipe de assessoras jurídicas e tem uma equipe de farmacêuticos que fazem essa analise além de contarem com toda a estrutura da secretaria porque nem todo o campo de domínio toda a solicitação ele conseguem atender ou entender, por exemplo, uma situação de ortopedia que é bem especifica para um hospital especifico, uma situação de oftalmologia se o estado não tem essa estrutura mais eles não caminham para a estrutura que faz a ponte junto como, por exemplo, o Altino Ventura logo após intenderem a demanda eles fazem um cadastramento em sistema de informação até para depois usarem as informações para entenderem a judicialização caracteriza que é uma forma de discriminar o que foi que cada cidadão solicitou, faz a aquisição por meio próprio recurso que são destinados para a judicialização ou encaminham para a unidade que vai fazer o atendimento, por exemplo uma cirurgia que o Estado oferece normalmente eles não vão fazer aquisição em rede particular eles encaminham e a pessoa consegue fazer e consegue obter o que requereu na judicialização, distribui no caso de produtos e insumos e essa distribuição conforme já falou ela vai abarcar todo o estado de Pernambuco e faz a entrega. Que é entrega diretamente ao paciente ou a dispenssação nas farmácias deles, tem 5 unidades farmácias de Pernambuco que também fazem essa entrega judicial de medicamentos judiciais e produtos judiciais além de uma farmácia exclusiva que tem no complexo do Oswaldo Cruz. As relações institucionais mais comuns que a estrutura tem e vêem que os principais atores desse tema judicialização estão envolvidos principalmente a procuradoria geral do estado, a defensoria Pública Estadual, Defensoria Pública da União, Ministério Público Estadual, Federal, Justiças Estaduais e Federais, Advocacia Geral da União, mais esse que esta em cinza é a Procuradoria geral do Estado eles tem uma relação muito estreita até porque por ser da própria estrutura do estado ela os auxiliar a fazer fluir essas demandas judiciais dentro da estrutura deles que impacta da forma menos grave possível, a estrutura tanto da saúde como do próprio estado de Pernambuco. Traz alguns números e mais a frente traz um resumo geral para simplificarem, tem desde 2015 a esquerda esse gráfico de barras azuis a indicação de números de ações judiciais que receberam ano a ano e aplicaram um filtro muito característico que exclui muita coisa de lá e deixa com eles só ações que são efetivamente para cumprimento, que eles recebem varias outras coisas consulta dos magistrados, recebem do mesmo paciente as vezes mais de 1 ação judicial e vão fazendo esse filtro até ficar com o sumo, com exatamente aquela ação para aquele CPF, ai se reduz. Observasse que em 2020, 1.465 ações e no gráfico abaixo o gráfico de linha fez duas marcações em vermelho que demonstra que em Maio de 2020 eles tiveram um pico de 254 ações judiciais no mês foi a incidência mensal ao mesmo tempo que no mesmo ano tiveram a menor incidência que foram 18 ações judiciais e isso causou um certo espanto porque esse numero é totalmente fora do padrão deles conforma se observa nos números anteriores na linha 120, 141, 208 e ele foge totalmente da curva e isso deve claramente, observam a Pandemia no momento em que o próprio sistema de justiça defensorias e advogados eles estão de certa forma prejudicando a forma como vem sendo atendido o acesso das pessoas que dependem dessa estrutura para judicializar então desde 2015 contabilizaram 10.104 processos, antes disso eles tem também, mais só fez o recorte desse momento mais próximo e a media de 1.684 novas ações judiciais por ano. Traz alguns destaques em especial a origem dessas demandas quando falam a origem das demandas esta relacionado em que unidades de saúde a demanda surgi e ele tem um perfil em Pernambuco diferente do perfil de vários estados muitos estados as demandas surgem das unidades de saúde particulares inclusive promovidas por advogados particulares para uma camada da população que tem um pouco mais de condição de contratar esse serviço enquanto as demandas elas surgem do SUS principalmente das unidades de oncologia que mesmo tendo financiamento da União, a união é quem financia a oncologia o financiamento integral, ele tem em decorrência desse valor que é considerado baixo as Apacs as autorizações para tratamento dos pacientes, eles tem um refugo que vem para a secretaria de saúde principalmente medicamentos então as pessoas que teriam tratamento integral promovido por essas unidades e vêem a maioria das unidades que são do estado de Pernambuco são unidades próprias isso eleva muito o percentual de unidades SUS que demandam ou que pelo menos geram demanda para a secretaria de saúde e se juntarem SUS e Filantrópicos passam e muito de 60% de demandas, chegando a 74%. Esses patrocinadores não são as pessoas que elevam a demanda do usuário até o magistrado tem a Defensoria Pública estadual, Defensoria Pública da União, Ministério Público de Pernambuco e Advogados particulares se juntarem essas estruturas, defensoria pública estadual, defensoria pública da União e ministério público estadual que são estruturas de advogados público devem em grande maioria a população mais carente verificaram que mais de 50% isso é uma aproximação teriam que abrir a renda das pessoas para verificar mais demonstra de certa forma que boa parte da população que procura não se utiliza de advogado particular e isso também é bem característico em Pernambuco. Traz mais ou menos o que já foi dito na fala anterior ele tem uma classificação do código internacional da doença que é o CID e a classe da demanda então tem no grade a direita a indicação que a maior quantidade de solicitações que chegam a secretaria de saúde residem tem solicitações de medicamentos seguido de tantas outras, UTI, alimentos e Cirurgias. Um ponto interessante para tocar nesse momento é que esses medicamentos em sua maioria são medicamentos que não fazem parte do hobby de medicamentos do estado a muito tempo deixaram de ter problemas com distribuição de medicamentos que são oferecidos na Farmácia de Pernambuco nesse medicamento, no gráfico da direita são direcionados a tratamento de neoplasia de câncer principalmente como é conhecido popularmente e eles estão ocupando esse tipo de tratamento, esse tipo de código é informado, ele verificam que muitas vezes o médico não informa qual o código da doença e eles estão relacionados a tratamentos que deveriam ser financiados de forma integral dentro das unidades Cacons e Unacons. O destaque ele fala sobre medicamentos para tratamento de Neoplasia, esses medicamentos são de altíssimo custo isso é importante que mais na frente vai mostra esses números. Então o resumo dessas estatísticas desses gráficos que foram mostrados nesse momento, é uma tendência de aumento anual de numero de processos individuais relativos a saúde pública em Pernambuco majoritariamenteoriundos da justiça estadual, com foco em fornecimento de medicamentos e tratamentos médico-hospitalar, originários do sistema SUS e dos entes filantrópicos, diante da forte atuação da Defensoria Pública Estadual e da Advocacia Privada. Então o que eles tem esse é o quadro esse trecho descreve qual é o perfil de judicialização em Pernambuco e vários outros Estados recentemente ele recebeu as estatísticas de um Estado próximo no Nordeste em que existiam um número de judicialização muito mais alto do que o de Pernambuco mais em compensação os produtos ou o que viam sendo solicitados eram medicamentos das próprias farmácias que as próximas farmácias adquiriram e não estavam fornecendo naquele momento que não é o caso deles. As barras azuis que estão em milhões de reais 203 milhões, 230 milhões, 351 milhões e 389 milhões são somatório em valor financeiro da pressão que o Estado de Pernambuco recebe para fazer a aquisição de produtos e serviços para saúde em judicialização de saúde, então chegaram em 2021 com um valor aproximado um valor estimado de 389 milhões reais necessários para cumprir tudo que eles tem e é interessante observar que ano a ano essas demandas elas vão se acumulando, então vão chegando novas ações judiciais, novos pacientes e os pacientes antigos eles permanecem quando o tratamento necessitado então esse numero ele só tende a crescer com o passar do tempo e o estado de Pernambuco dentro do orçamento de saúde se desse conta de todo esse volume financeiro e o Estado recebe essa pressão sozinho a união ela não tem participado a muitos anos nesse financiamento, então se o Estado de Pernambuco absorver isso sozinho vai ter que tirar recurso de algum serviço ou de serviços para conseguir fazer a gestão e o cumprimento dessa demandas judiciais e fala as senhoras e senhores pela oportunidade por que já levaram essa discussão para fóruns na justiça estadual e na Justiça federal com os magistrados e quando eles próprios olham isso eles ficam assustados porque cada um estão nas demandas individualmente mais quando agrupam a pressão sobre o Estado ela é muito grande e as barrinhas menores em vermelho elas demonstram o quanto conseguiram empenhado durante cada exercício para tentar dar cumprimento. De certo muito dessa diferente entre as barras não foi causada única e exclusivamente por questões orçamentárias eles tem muita dificuldade em fazer aquisição de produtos, alguns produtos principalmente os importados e eles tem muita dificuldade de fazer aquisição com os fornecedores por causa de questões até de preço de medicamento são praticados um pouco acima do que é permitido para venda ao governo. Já se encaminhando para o final pegou emprestado esse slide de uma outra apresentação para demonstrar é o que acontece quando eles não cumprem, não fazem a aquisição desses produtos e serviços o judiciário se encarrega de ir buscar nossa cofres do Estado os recursos para fazer o cumprimento da obrigação da necessidades do paciente de certa forma são valores ainda muito altos tem entre os anos de 2010 ao final de 2020, 193 milhões de reais que foram bloqueados das contas do estado de Pernambuco num total de 6.918 ações judiciais não são ações judiciais diferentes elas podem ser a mesa que vem bloqueando de forma reiterada. Então de uma forma ou de outra o paciente quando utiliza bem o sistema judiciário encontra a solução para os problemas que eles vem buscando e a secretaria dentro das possibilidades ela vai fazendo a questão disso dentro da estrutura do SUS vai fazendo a aquisição e crê que parte agora para o final. Que é uma grande questão que eles estão estudando já desde o ano passado diante do cenário atual de pandemia quais as projeções para os próximos anos? Tem meio que um exercício de quase que adivinhação mais as projeções inclusive fóruns especializados sobre o tema demonstram que vão ter uma alta pressão de judicialização por causa da forma como essa judicialização ela ficou refreada, ela ficou impedida de ser executada pelos próprios magistrados porque não chegou lá e por toda a estrutura de justiça teve muita dificuldade de acolher, de receber as pessoas que estão demandando judicialmente. Que se pretendiam demandar judicialmente, isso reside porque as pessoas até pela própria pandemia elas estavam com receio e ele recebeu muitas informações a respeito disso de procurar as unidades de saúde. As unidades lotadas para pegar prescrição e solicitar o que era necessário para cuidar da saúde. Então as projeções de maior pressão a partir principalmente do refreamento da pandemia e a judicialização ela tem mudado de perfil ano a ano na medida em que os laboratórios eles cada vez mais se especializam e criam medicamentos mais custosos para o Estado. Uma coisa interessante é porque o laboratório que cria medicamento de alto custo para tratar aquelas doenças conhecidas como doenças raras e normalmente as pessoas não tem condição de fazer a aquisição desses medicamentos, desses produtos e quando se refere a medicamentos porque esta se referindo a maior demanda deles. Que corresponde a algo em torno de 65 a 78% de tudo o que eles recebem lá, então quando o laboratório quando um conglomerado cria e custa um alto valor para uma doença que a pessoa necessita fatalmente quem vai fazer o pagamento desse custo é o Estado. Finalizando a sua fala tem que aproveitar bem o tempo não se esta em discussão aqui. Não esta em discussão aqui se é justo ou injusto a solicitação pela judicialização o que esta em discussão ou pelo menos o que ele tentou colocar aqui, demonstrar qual o impacto que a judicialização causa a estrutura e de que forma a secretaria de saúde tem cuidado disso, só em breves palavras eles participando de alguns fóruns bem específicos do tema conforme já falou que Pernambuco demonstra diante de muitos estados ser muito organizado nessa área, ao ponto deles conseguirem responder pelo menos essas demandas e juntamente com a PGE muito rapidamente qualquer solicitação que o judiciário tem feito no sentido de informação sobre como esta o panorama e qual é a possibilidade de cumprimentos das decisões que hoje estão com eles. Agradece novamente a oportunidade e se coloca a disposição para eventuais questionamentos, duvidas apartir desse momento. O conselheiro Humberto agradece a Geraldo pelo trabalho que vem fazendo de forma profissional acolhendo essas demandas judiciais e dando um trabalho efetivo necessidade de responder essas demandas. Passa para o debate. Com a fala a conselheira Mônica, ela cumprimenta a todos ela se apresenta Mônica Gusmão ela é Advogada e antropóloga esta nessa defesa da luta da saúde e a defesa do SUS com muito comprometimento, gostaria só de começar não vai se demorar porque o respeito também aos colegas mais gostaria de pedir de ante mão uma mesma oportunidade na plenária para que possam mostrar um outro lado dessa face, ou seja, do mesmo tempo que o Drº Geraldo teve para expor um lado dessa face dolorosa entre verba e vidas, então gostaria dede como conselheira em nome da Aduseps de terem essa mesma oportunidade para mostrar os colegas a outra face para que a democracia possa ser exercida para que possam pensar e até caminhar para uma solução, uma possível solução mais conhecendo os dois lados da moeda. Então esse é o primeiro pleito que ela faz aqui, como ela disse não vai se demorar esse é seu primeiro pleito que faz aqui. Como disse não vai se demorar em respeito aos colegas também mais precisa lê a ultima mensagem de uma associada da Aduseps que ela mandou, Bom dia Doutora não estou muito bem muitos enjôos e dores fortes na lombar e região próxima fica com medo cada dia que passa e a medicação não chega é um perigo para mais uma metástase como passou para a senhora o tumor de metástase na bacia agora mais Jesus continua no controle e sabe que o alvará sairá. Diz que essa moça ela é de 2019 o processo dela foi no inicio de 2019 ou seja antes da pandemia, a pandemia não estava ainda instalada e ela precisa de um medicamento de câncer, ela já fez todas as formas de tratamentos convencionais e ela precisa de tratamento de câncer para sobreviver ela começou nos Ovários e Mama e se estendeu agora para a bacia e ela tem sentença favorável o estado já fez de tudo para caçar a liminar mais lá em cima no Tribunal o Juiz responsável Drº Luiz Rocha muito conhecido do Estado ela tem a liminar, ela tem a sentença favorável mais o Estado simplesmente não dá. E só queria pra fechar isso tem vários argumentos de conhecimento de causa e ai mais apropriado do que ela tem Drª Renê Patriota então para fechar isso gostaria de dizer que essa questão de judicialização não encontra albergue pede desculpa pela contradição, contradizendo o que o colega falou mais ele não encontra albergue em judicializar tudo, ele encontra albergue na constituição, na defesa da vida e quando o estado diz que judicializar é tirar o direito de quem estar na fila ela diz não é um direito a igualdade as avessas é dizer ao contrario de todo o cidadão que tem direito a saúde é dizer como ninguém esta tendo você também não terá. Então isso é um direito, é uma falácia, é um direito as avessas e ela encerra sua fala com esse pleito de terem a oportunidade de conhecimento de caso porque não é só a defensoria pública, nem Ministério Público, nem os advogados particulares a Aduseps ingressa com muita ação em defesa do SUS e desse pessoal que esta penando sobretudo em causa de UTI e Câncer, então gostaria de deixar aqui o seu pedido de que possam também com slides dentro do mesmo tempo fornecer informações para que todos possam avaliar e formar sua própria opinião. Com a fala o conselheiro Wilson, ele cumprimenta a todos, parabeniza o Drº Geraldo Jorge pela explanação por trazer presente para eles essa temática tão importante e corrobora com a fala de Drª Mônica, caminham junto nessa mesma linha enquanto conselheiros Estaduais de saúde e outros pares que estão assistindo participando com eles, os conselhos municipais e outras entidades eles tem um conceito da saúde como a universalidade, a integralidade e a isonomia por isso que entendem que o Artigo 196 da constituição Federal de 88 diz que a saúde é direito de todos e dever do estado, quando Drº Geraldo iniciou a apresentação chama muito a atenção quando se fala de judicialização da saúde que trata como um fenômeno que é realmente um fenômeno atualmente porque é um impacto muito grande na questão da saúde, há um conflito muito grande nessa questão quando se luta por direitos Públicos, por politicas públicas sobretudo de saúde, os números que ele traz é impactante, no entanto mostra uma realidade para eles que vão fundamentar são 10.104 processos em 5 anos, são 1.684 processos por ano, 140 processos por mês e uma media de 5 todo dia na questão da judicialização da saúde, isso mostra para eles que o retrato que tem da saúde não só no município de Petrolina onde eles residem, não só nó estado de Pernambuco onde estão fazendo politica pública mais em nível nacional só o que traz o estado de Pernambuco e os outros estados o que traz quanto a judicialização da saúde, no entanto esse impacto é forte quando se trata também de números e cifras de dinheiro como ele trouxe que é muito alto mesmo, porque isso é fruto do negacinismo de politicas públicas de saúde, que eles ainda não tem, estão caminhando e precisam sim aferir de tal maneira para que tenham a oportunidade de minimizar a judicialização da saúde resolvendo os conflitos e favorecendo a construção de politicas públicas de saúde para que possam ter na ponta o usuário, o cidadão e a cidadã Pernambucana usufruindo de uma melhor qualidadede vida seja na aquisição de medicamentos que possivelmente é um dos grandes feitos que eles também incentivam o cidadão quando o SUS nega, entra com um processo da defensoria pública, procura o ministério público e sai o medicamento, tem um leito de hospital mais esta ocupado, diz que não tem vaga, procura o ministério público, a defensoria pública vai lá e tem um leito, procura uma UTI aérea e não tem procura o ministério público e vai lá então tem que judicializar mesmo da forma que esta, tem que construir politicas públicas, eles tem que cobrar dos representantes para que isso não aconteça, para que possam favorecer na ponta quem sofre e quem padece, pergunta a Drº Geraldo ele que participa do núcleo de judicialização de saúde do Estado trouxe o retrato e quais são as sugestões que ele pode apresentar pelo menos 3 para minimizar ou acabar com a questão da judicialização da saúde que é um sonho que possivelmente vai acontecer daqui a mil anos porque até então da forma que está vai ter sim e vão favorecer a população para judicializar mesmo, entrar com um processo para poder garantir o que são as prerrogativas constitucionais. Com a fala o conselheiro Cândido, ele cumprimenta a todos e diz que alguns anos atrás as pessoas que vivem com HIV/AIDS que continuam com dificuldade de acessar os medicamentos de acesso de infecções oportunistas entrou na justiça junto com a Gestos, a Gestos junto com a Rede nacional de pessoas vivendo com HIV/AIDS e conseguiram a judicialização da compra das medicações oportunistas e foi feito o bloqueio ele tentou vê como anda esse processo acha que faz mais de 3 anos e até o momento não teve resposta e eles continuam com falta de remédio para infecções oportunistas e ele não sabe o que foi feito com o dinheiro com o bloqueio porque a Drª do ministério público Drª Ana Capélla lhe chamou para sabe como fazia para comprar a medicação e ele não é gestor e não tem experiência, ele faz o controle social mais não tem essa experiência de fazer compra de medicamentos então ele foi chamado pelo ministério público para tomarem uma decisão porque é que foi feito e como foi feito com esse dinheiro que foi bloqueado porque continuam com falta de medicamentos para infecções oportunistas queria que o Drº falasse alguma coisa. O conselheiro Humberto diz que com relação ao que a conselheira Mônica falou vão fazer uma pauta especial acha que vão ter que arrumar uma brecha para que seja trazido essa apresentação, na verdade a pratica do conselho no presencial teria uma apresentação com direito do contra ponto, não fizeram essa pratica hoje nessa apresentação e acredita que terão que fazer a correção dessa demanda. Com a fala Drº Geraldo para resposta, diz que de anti mão agradece a todas as colocações e questionamentos que fora oferecidos nesse momento, entendendo inclusive o lados apesar de entender que eles estão buscando a solução para a judicialização ser reduzida e as políticas públicas atenderem mais gostaria de aproveitar e vai deixar para responder Cândido que esta um pouco mais afastado mais responder a pergunta aproveita para rapidamente falar sobre a questão da judicialização, sobre o perfil financeiro ele enquanto gestor do estado o que pode falar sobre isso é que a questão financeira ela não se sobrepõe a questão da saúde a questão financeira enquanto o financeiro é insumo para que eles façam acontecer essas políticas então no momento que eles tem de crescimento da judicialização da saúde estão retirando recursos de algum programa do governo relacionado a saúde de alguma outra unidade de saúde ou de qualquer outra instância a qual o orçamento da saúde alocado para cumprir a judicialização, eles não tem a principio dentro da estrutura orçamentária como expandir os recursos a não ser por meio de arrecadação e cobrança de mais impostos de uma forma que seja suficiente para dar conta de tudo que é demandado judicialmente então dentro dessa única carteira que é a carteira da secretaria de saúde e pede desculpa pela imagem que esta formando não é só para simplificar ela vai ter que da conta de tudo o que vem da judicialização e tudo o que vem dos serviços públicos só Ra fazerem uma comparação e depois vai falar sobre as questões de fazer uma comparação a farmácia de Pernambuco até bem poço tempo atrás a assistência farmacêutica em algo perto de 47 mil pacientes que estão sendo assistidos e o recurso que é utilizado para a farmácia ficava perto de 80 milhões é um poço menor essa cifra mais quando diz um pouco menor é dentro da casa dos milhões então tem 47 mil pacientes 80 milhões de reais enquanto que a Judicialização tem hoje algo em torno 3.800 pacientes é um numero bem menor com a necessidade de 382 milhões de reais então quando falam de desequilíbrio é desequilíbrio porque esse recurso que poderia esta sendo oferecido para uma quantidade maior de pessoas mais acha que isso faz parte da estrutura de saúde e acha que o sistema de saúde, o sistema de governo como um todo ele tem que ser pressionado para sempre melhorar não existe outra maneira, agora outras formas também existem para evolução do sistema e esse fórum acredita que é o mais representativo mais importante de todos. Com relação as três sugestões que lhe foram solicitadas a discussão do orçamento o SUS quando ele nasce ele já nasce sem indicação de onde vai sair o recurso para sustentá-lo então ele já nasce sem condições de da provimento ao que ele se propõe dentro da constituição, inclusive ele trouxe um artigo os principais da constituição relacionados a saúde e durante tempo ele estão, e existem vários estudos e cada um demonstra de uma maneira diferente estão sendo sub financiado e cada ano o financiamento diminui e a união e vem a opinião do gestor Geraldo Jorge Filho Abre um parêntese agora diante dos estudos das leituras que eles tem feito lá demonstra que a união vem se afastando muito desse atendimento direto a população num dia slides eles demonstrou a questão da judicialização relacionada principalmente a oncologia e quando olham para a tripartição do SUS a oncologia ela esta diretamente relacionada, deveria ser diretamente financiada pela União e quando trazem essa carga deveria ser da união e traz para o estado cumprir mesmo existindo solidariedade jurídica nessa situação acredita que estão cometendo em termos administrativos, estão cometendo melhor dizendo estão favorecendo a união e eximindo ela de cumprir a parte dela no acordo que existe desde a constituição federal de 88. Então a primeirasugestão e traz seria a correção dessa divisão em judicialização para que o que fosse da união ficasse para a União, o que fosse para o Estado ficasse para o Estado e que fosse do município ficasse para o município, porque quando se cobra responsabilidade de cada ente a quem ele, o ente que deveria insistir o ente vai fazer o possível para cumprir o ente vai fazer o possível mais fica muito difícil para o Estado no caso de oncologia que é o maior custo deles assumir responsabilidades de outro ente, então eles estão utilizando a carteira do estado de Pernambuco para cumprir algo que o ministério da saúde deveria esta cumprindo essa é sua visão. Com relação a segunda sugestão á aconteceu aqui e tem num gráfico demonstrado isso a redução em determinado ano o numero de judicialização fica em mil quatrocentos e pouco que foi de 2017 ouve uma redução bem acentuada no numero de judicialização e isso foi ocasionado em decorrência da própria secretaria de saúde identificando a quantidade de demandas para aquele tipo de produto especifico ela incorporou e quando a secretaria de saúde incorporou e a secretaria de saúde do estado de Pernambuco é uma das poucas que tem o elenco tão grande incorporado quanta as outras tem e pode se procurar nos outros estados principalmente os vizinhos quando ela incorporou as pessoas tiveram acesso então foi criado uma política pública relacionada aquilo dali porque a demanda era gigante mais a judicialização deles hoje ela é muito espaça, então tem três mil e tantas pessoas mais tem mil e tantos produtos ativos significando que muitas das judicializações compra um medicamento todo o ano para atender uma única pessoa. E com relação aterceira sugestão é a abertura desses fóruns acha muito interessante tem um conselho no judiciário que faz parte de outras entidades dentre aquelas que demonstrou no gráfico com varias siglas que participa no comitê estadual de saúde que é um local onde entre outras coisas são discutidas as questões da judicialização para que os entes tendo acesso as mesmas informações e esse momento é muito importante porque ficam tomando ciência de muitas informações que não são do domínio deles tenham uma realidade ou pelo menos um fleche de realidade demonstrado para tomar mais consciência e ciência do que esta acontecendo aos estado de Pernambuco e aos próprios usuários SUS com relação há saúde que esta sendo financiada por judicialização. Passa para a solicitação de Cândido sobre IST/AIDS por tratar de uma política pública instituída no estado de Pernambuco ela não é de competência deles do núcleo de ações judiciais mais o questionamento dele não vai ficar sem ser respondido vai procurar saber como é que esta o processo vai entrar em contato com a procuradoria geral do estado e vai verificar com o jurídico e através de Lidiane eles colocam a resposta para ele tão logo tenham essa resposta com um grão de precisão suficiente para fornecerem. Com a fala o conselheiro Felipe, ele cumprimenta a todos, primeiro ele acha que o conselho deveria voltar a apresentação para ter alguém para fazer o contra ponto, é justa a reivindicação da Aduseps e esta fazendo esse contra ponto porque isso era uma pratica antiga que foi abolida sem anuência do pleno de quem faria o contraponto nas apresentações das políticas, outra questão que acha de principio que a justiça não se ocorre aqueles que não provoca ela e a mudança comportamental ela passa pela provocação judiciárias, se existe um desenvolvimento de tecnologia que possibilita da uma melhor qualidade de vida, uma sobrevida ao paciente, se essa espontaneidade não vem por parte das gestões por n fatores ela tem que vir através de busca ao judiciário a importância investida pelo estado para atender essas demandas, ele acha que ainda é pequena em relação ao total que investem em saúde, investem em saúde cerca de 6 bi ao ano. Só levar nos últimos dez anos pelo valor desse ano seria 60 bi e 60 bi só cerca de 200 milhões foi tirado por demanda judicial é evidente que se o estado atendesse principalmente na atenção de insumos farmacêutico, o mínimo necessário diminuiriam a sociedade e diminuiriam essa tentativa de buscar isso no judiciário, por exemplo, o que vêem toda a semana é a falta de medicamento que seria medicamentos básicos de responsabilidade das gestões e esta atendendo medicamentos básicos, medicamentos, por exemplo, para diabetes. É uma crise constante medicamentos colírios para glaucoma e com certeza esses números impacta no total geral tem a questão dos laboratórios para aqueles lançamentos isso é verdade, mais se o estado tem um comitê para discutir o avanço da tecnologia, compra de novas tecnologias e a utilização dela por parte do SUS com certeza vai diminuir a provocação judiciária, se por uma questão recente a Canabis demanda uma questão que não é de alto custo mais é demanda judicial, por uma questão mais ideológica de técnica essa é a visão que ele tem. Acha que os usuários do SUS tenham que ter uma ampla assistência para esta buscando o judiciário quando não tem seus clamores suas dores, suas mazelas atendidas pelo poder público. Com a fala a conselheira Renê, ela cumprimenta a todos, diz que essa questão o estado coloca judicialização como se fosse um mal que as pessoas estão fazendo ao estado como se fosse uma despesa extra que as pessoas fazem ao Estado. Só existe judicialização porque faltam serviço, só se vai para a justiça quando tem o tratamento negado então acha que o Esta do precisa melhorar a sua qualidade de serviço para evitar a judicialização ninguém vai para a justiça ela diz a Drº Geraldo quando já esta sendo atendido na sua qualidade de vida, ninguém reclama na justiça por nada quando a sua necessidade é atendida, pergunta se ele também concorda com ele que certamente que sim, alguém da sua família ele mesmo precisando de um leito de UTI não vai para a justiça vai deixar morrer, não vai deixar morrer que ele não é doido. Ninguém é maluco para deixar o seu ente querido morrer e não ir para a justiça, ela mesmo foi e vai quantas vezes forem necessárias. Fundou uma associação a 25 anos para isso, para lutar contra os abusos das empresas de plano de saúde pela saúde pública, eles tem ações coletivas e diz que Drº falou de ações individuais,ações coletivas, ações civis públicase eles sabem que precisam melhorar muito a saúde naturalmente que não só em Pernambuco como no Brasil inteiro, até intendem certamente que se o governo quisesse poderia da uma saúde boa não é possível que ele garanta a saúde porque não quer não quer, porque não tem dinheiro, pode ser porque não tem condições mais não interessa o paciente precisa de leito de UTI, o paciente precisa ser tratado com dignidade, vão melhorar a ouvidoria popular da saúde pública que já tem a algum tempo vão procurar um projeto non se Deus quiser e ter um carro itinerante nas portas dos Hospitais informando plantão judicial 24 horas, estão forçando inclusive o tribunal de justiça para que ele coloque plantão 24 horas, sabem que quando existe pedido de políticos, de pessoas influentes num instante arrumam vaga no Hospital Português, basta um Senador ligar, um Deputado num instante arranja mais trabalham com a vida das pessoas simples com as pessoas pobres quantas pessoas já conseguiram que fosse operada de um aneurisma ou tivesse o tratamento de câncer por conta das ações judiciais deles. Por tanto entende a apresentação de Drº Geraldo, a logica da apresentação dele, ele esta defendendo o estado afinal de contas esse núcleo jurídico que existe ai para discutir ações judiciais esse próprio núcleo só existe e só trabalha porque tem as ações judiciais individuais, coletivas e ETC. Mais precisam encontrar um saída para tratamento das pessoas que precisam de medicamentos para câncer a angustia de alguém que precisa de um tratamento e que simplesmente escuta volte aqui daqui a 6 meses para começar um tratamento de câncer, aquela situação dos pacientes nas emergências uma maca colada na outra que até o judiciário entende isso como normal porque o juiz não esta lá deitado naquela maca e nem no chão, nem a filha dele, nem a esposa dele não é ninguém que ele ama, porque se fosse alguém que ela amasse muito ele ia dizer que isso é constrangedor por tanto recuperando as energias já que acabou de fazer 65 anos ou seja 15 anos que faltam para oitenta, até os 80 ela vai brigar bem muito, vão lutar muito e depois dos 80 também vão lutar pela saúde pública, vão aumentar a judicialização, vão procurar advogados voluntários, vão usar bandeiras, vão usar faixas e cartazes e tudo o que for preciso para salvar a vida das pessoas se não quiser judicialização permita e faça o tratamento decente. Não quer judicialização garanta o atendimento se não vão continuar lutando e graças a Deus que eles tem a arma da judicialização, diz que é médica há 40 anos e é advogada a 12 anos e fez direito só pra isso, para lutar pela saúde e gostaria de dizer que naturalmente precisam melhorar a saúde pública, sabe que é interesse do estado também melhorar mais por enquanto a judicialização é necessária. Com a fala o conselheiro Júlio, ele cumprimenta a todos, diz que essa discussão é de grande importância e de uma relevância pública escutar Mônica Gusmão, Renê Patriota e os outros colegas que falaram antes pra ele da uma ar mais forte para continuar, não pode se negar em dizer que toda parte jurídica da sua vida de aprendizado aprendeu com a Renê Patriota e com a Aduseps, antes de fazer parte do circulo operário, foi da Aduseps, passou pela Atmo que continua numa luta árdua também e hoje esta no circulo operário com maior prazer ficou observando Jorge falar e o governo Federal tem o seu papel e tem que cumprir, de fato o Governo Federal vai cumprir o seu papel, sua pergunta é desde que entende um pouco da questão da saúde ele já via as UTIS lotadas e os hospitais lotados, ele perdeu sua Mãe com um AVC hemorrágico e só ele sabe o quanto foi angustiante ficar na parta de Restauração até que surgiu uma luz chamada Socorro Vital e depois o senhor Carlos Freitas que lhes apresentou a Renê Patriota porque sua mãe além do AVC ela teve um aneurisma cerebral na época quem estava no comando da restauração chamava Elder Correia e hoje esta como vice prefeito de uma cidade na qual não lembra o nome agora. E aquele homem olhou nos seus olhos e disse não se preocupe porque vão conseguir uma UTI para a sua mãe. E sua mãe o médico chegou para e falou olha Júlio a sua mãe tem 24 horas para ir para uma UTI e quanto mais rápido ela for para uma UTI é melhor, só que infelizmente a UTI não chegou e ele não fica tão angustiado falar num assunto como esse pede desculpa por sua emoção e lhe deixa tão triste porque luta pela vida das pessoas, aprendeu com a Aduseps não pode se renegar a isso, aprendeu a ser um ouvidor de saúde pública, não se acha menor de que ninguém que tem seu diploma de ouvidor porque aprendeu na pratica, na raça nas portas dos hospitais até hoje ele luta por pessoas que tem o seu direito menos favorecido e que não tenha esclarecimento. Infelizmente a realidade de vida hoje essas pessoas, hoje se preguntasse ao senhor Jorge independente de pandemia quantos leitos hoje tem de UTI no Estado ele ficaria envergonhado sabe por que tem mais de 10 milhões de pessoas no Estado e hoje tem mais de mil leitos de UTI não supre a necessidade, não fala só de UTI mais como um todo por que muitas pessoas já viu ir embora por falta de medicamento, por falta de UTI então hoje o Estado esta não só falado Estado, infelizmente precisam realmente de politicas públicas mais elevadas, até hoje Jorge ele precisa entender quando e a hora que vai ser o estado vai dar a importância não esta dizendo que ele não da mais importante as emergências onde é a porta de entrada. Fica vendo a Restauração, a sala vermelha era para ter 10 leitos no final de semana fica 30, 36, 40 pessoas, antes da pandemia já acontecia isso e infelizmente é muito triste hoje discutir um assunto como esse eles tentando procurar uma saída, e viu a sua mãe aos 43 anos de idade ir embora por falta da UTI porque foi o próprio Neuro que escreveu lá que se sua mãe não for para uma UTI ela infelizmente o dia de vida dela aqui na sala vermelha só vai piorar o quadro clinico dela, a sua mãe ficou da segunda até a sexta-feira as 15h10 e ainda mais a médica tinha escrito errado ele teve que subir na direção para tentar falar com o médico para reverter aquela situação da escrita, perdeu o bem mais precioso da sua vida. Isso lhe deixa com o sangue na veia para lutar cada vem mais por pessoas não sabe nem o que é uma vogal então infelizmente é triste discutir um assunto desse mais não vai baixar sua cabeça por isso não, vão continuar lutando pela vida porque a vida é o bem precioso e sabem que hoje muitas pessoas todos os dias vão embora por não ter um procedimento correto. O Estado talvez ter se esforçado mais infelizmente são planos que precisam ser melhorados e sabe o que tem que acabar, o que lhe deixa mais triste ainda é quando vê vereador arrumando consulta para pessoas em portas de hospitais porque isso vira um vicio e as pessoas ficam viciadas principalmente as do interior do sertão que não sabe muitas vezes o seu direito e vai atrás daquele vereador para conseguir uma consulta, para uma cirurgia e isso vira uma celeuma e parece que não se acaba, parece uma praga que não se acaba mais tem fé em Deus que vão constituir pessoas que tenha a garra, que tenha a força que vai continuar e não desistir para ter um estado melhor por que é direito de todos e dever deles, como ele aprendeu como diz no artigo 198 ao 200 saúde é um direito de todos e dever do estado garantir mediante as politicas públicas sociais, o tratamento, a proteção e a recuperação, esta atrás até hoje do tratamento, da proteção e da recuperação é um desabafo que faz, lhe angustia muito tocar nesse assunto porque já faz mais de 12 anos que sua mãe foi embora mais tem muitas mães que foram embora, mais acredita Jorge ele é uma pessoas que acredita em dias melhores e acredita que vão avançar. Com a fala Geraldo Jorge para as respostas, diz que será um pouco mais breve até porque dentro das falas do Felipe, a senhora Renê Patriota e o Júlio agora, foram colocadas questões que eles já haviam falado, mais como não foram colocadas as questões diretas de perguntas a serem respondidas, vai colocar a seguinte situação a grande preocupação relacionada a judicialização não é fazer defesa do governo secretaria de saúde enquanto gestor de saúde o papel que tem desempenhado é defender o SUS, vesse que a judicialização é uma saída, é um caminho, é exato, pressionar através da judicialização é uma saída, é um caminho, acha que a afirmação de conversar para tentar achar um meio termo, não conhece nenhuma situação que quanto mais você pressionar uma estrutura que já esta abalada e já esta carente, já esta defasada ela vai da resposta, ele realmente fica com dificuldade de entender, mais assim talvez aprofundando o tema esses pontos de vista se tornam mais claros. Com relação a falta de orçamento e ai foram tratados dois pontos com relação a falta de medicamentos na farmácia do estado e se referiu as estatísticas que eles tem que demostram que a muito a falta de medicamento da farmácia de Pernambuco esses medicamentos que o governo faz aquisição ele já não é problema, agora ele tem muita falta de medicamentos de que são financiados ou são fornecidos pelo próprio governo federal ele tem fontes de financiamento diferente uma delas o Governo Federal entrega o produto a outra ele financia após a compra deles e o outro elenco é o próprio Estado que financia dentro desse grupo de financiamento que o governo federal entrega os produtos para distribuírem então o estado de Pernambuco fica como mero depositário, tiveram e estão até hoje com vários problemas e pode falar com propriedade porque quando o paciente não encontra na farmácia ele judicializa, quando chega lá eles verificam que o medicamento ele deveria esta sendo fornecido pela farmácia e quando é questionada a farmácia, a farmácia diz o ministério da saúde não mandou. Então o estado novamente e de longe sem querer tomar frente da defesa do Estado sofrendo por causa da ausência da união do governo federal, mais só esta passando o que é estatístico o que os números diários demostram. Foi tocada na questão da canabis também, a questão da canabis é um medicamento que hoje foram uma associação na Paraíba e eles fazem a importação para fazer a dispensação aos pacientes, mais o processo de aquisição de um produto como esse é tão complicado legalmente falando e causa tanto problema no momento de adquirir que esses processos eles vão se postergando, sente aqui, por exemplo, ao final da aquisição para comprar o medicamento importado o estado tem que fazer o adiantamento do recurso antes de receber o produto fazer o adiantamento e não tem nenhuma garantia que esse recurso, que esse medicamento vá ser entregue. Sem nenhum contrato, sem nenhum lastro que possa da garantia ao recurso que esta sendo empregado para uma empresa que muitas vezes não é nem a empresa que fabrica é um terceiro, um despachante que se muito tiver é uma cadeira e uma mesa e pessoas que ficam procurando no comercio internacional para vender como representante, isso ocorre muito em decorrência da parreira linguística, que comprarem um medicamento na Áustria, na Índia, no Uruguai, então fica muito difícil então eles tem alguma imposições legais, e cabe uma pequena parte que quando o judiciário determina ao Executivo que eles tem que fazer alguma coisa, existe todo um conjunto, um aparato legal que o Executivo tem que obedecer , porque se o Juiz encaminha uma demanda e diz compre isso eles não podem simplesmente, não existe nenhum amparo legal para que peguem aquela decisão judicial, vá no balcão da farmácia ou então direto em um fornecedor e compre diretamente não existe isso e novamente fala vai usar uma mesma palavra que foi citada a pouco com uma certa propriedade porque issojá foi discutido em fóruns com juízes federais e estaduais e há situações que eles na própria decisão suspende a vigência da lei para poderem trabalhar, então existem varias barreiras e não só é a barreira a questão financeira que impede o comprimento e quanto mais se pressiona o sistema mais o sistema e vai fica encharcado desse tipo de coisa. Foi citado na fala de Drª Renê Patriota sobre se tivesse a situação da sua família envolvida, ele diz que longe de polemizar mais que enquanto servidor público deixa essa questão apartada de família porque não pode agir de outra maneira, enquanto servidor público profissional não pode agir de outra maneira e não gostaria de trazer essa questão de o que é que faria ou não enquanto pessoa física, nesse momento aqui nesse fórum. A questão da ações coletivas que foram colocadas ele não poderia responder porque elas não fazem parte aos conjunto de atribuições do departamento jurídico vai ter que passar por cima disso. E com relação e novamente foi citado a questão da defesa estado e coloca que dentro do material que foi trazido, houve um rigor muito grande para trazer só o que é realidade o que foi demostrado é o cuidado que eles tem, não é uma questão de utilizar número para defender a judicialização ou não defender a judicialização, a realidade é essa. Achou muito interessante a Drª Renê colocou eles tem que encontrar uma saída já no final da fala dela e acha muito importante abrir outros fóruns e outros caminhos além da judicialização para que encontrem essa saída e como são muitas demandas, muitos caminhos, muitas frentes a discussão acredita que vai ser muito essencial para que haja a possibilidade de suprirem as necessidades desses pacientes que da saúde necessitam. Agora repeti e salienta cada ente com sua reponsabilidade porque recebem muita demanda de municípios do interior, ai o colega de Petrolina quando falou em Petrolina ele lembrou logo da região da rede PEBA e da quantidade de ações judiciais que eles recebem de Petrolina porque tem uma justiça federal, uma estrutura de justiça federal de pacientes que demandam contra o estado. O juiz diz olha o estado compra e a união paga desde 2015 eles não recebem um centavo da união eles compram e a união não paga, nem a metade nenhum centavo. E eles absorvendo essa compra e já finalizando na fala do colega Júlio com todo respeito que chamou de colega, pede permissão já que lhe chamou de Jorge, ele lamenta muito o ocorrido na vida de Júlio, ouvir o testemunho deles nesse momento, realmente lamenta e infelizmente não vai poder falar sobre as UTIS porque também não esta dentro do seu campo de trabalho, o que percebe observando os números da secretaria é que se a realidade ela vem não alcançando os patamares ideais, mais elas vem melhorando muito ano a ano, e o estado agora de Pernambuco diante da demanda da covid ele tem sem querer fazer propaganda são números que aparecem em relatórios técnicos eles tem ampliado e muito a quantidade de UTIS para atender essa demanda, mais novamente lamenta ele ter passado por isso e entende também que dentro da fala de Drª Renê que o estado de Pernambuco e os seus gestores que são de alta qualidade essa gestão da secretaria tem feito o possível para suprir as necessidades da população. Com a fala a conselheira Jany, ela cumprimenta a todos e diz que sua fala acha que talvez tivesse feito anterior é muito mais no sentido de trazer um pouco do escopo do motivo deles estarem discutindo esse assunto aqui pedido pelo próprio conselho lá em 2019 e que nesse pedido já estava previsto mesmo, o primeiro contado deles aqui com a experiência do núcleo de ações judiciais do estado de Pernambuco para a partir disso promoverem uma ampla discussão a cerca desse tema, os antigos conselheiros vão lembrar eles estavam no auditório do Cefospe e fizeram todo um debate muito interessante, para situarem um pouco os novos conselheiros e não levar o debate num caminho que de fato não foi a proposta anterior e tampouco a fala e apresentação do companheiro Geraldo então a ideia daqui e discutirem sobre tudo e que é um papel do conselho além de fiscalizador além de tudo propositor de politica é sim pensarem o tema judicialização como uma forma de discutir politica e melhoria de acesso aquilo que sobretudo o que esta sendo judicializado por falta de algum dos entes, na fala de Geraldo inclusive foi muito clara qual é a realidade de Pernambuco há alguns anos, esse debate também veio a tona porque este conselho estadual de saúde de forma muito responsável ele discute e propôs muito responsavelmente a politica estadual de assistência farmacêutica,a partir disso e do monitoramento dessa politica observando a melhora no fornecimento dos medicamentos em Pernambuco o fortalecimento dessa politica e ao mesmo tempo a judicialização continuava aumentando o medicamento, hora esse conselho precisou então sabiamente parar e pedir para fazer essa discussão, de onde e porque ainda esse tipo de processo de judicialização em Pernambuco, esta nessa escalada e qual é a parte que o conselho pode contribuir na melhoria disso entendendo que a organização da gestão é importante para garantir acesso. Também quer colocar um pouco da fala de Geraldo que foi judicialização é uma porta de acesso esta no primeiro slide dele para que também as falas não façam que ele disse o contrario, esta dito e também o pedido desse conselho sobretudo e que viesses mostrar a organização do estado de Pernambuco como Núcleo que inclusive ele é um exemplo para os outros estados e tem os procurado por que tiveram uma responsabilidade de organizar esse espaço para que pudessem ter uma visam do todo e pudesse atender o máximo possível daquilo que fosse necessidade dessa população, no demais Geraldo traz aqui todo esse contexto e na sua fala para concluir pede que essa nova gestão do conselho mantenha o propósito desse debate como forma de proposição e que ao final gerem essa idéia um pouco sobre o formato desse fórum, dessa discussão mais aprofundada apartir do contato da experiência do núcleo e dos próximos passos para garantirem o foco. Que é um foco ao seu ver responsável e que de fato cumpra o papel do Conselho Estadual de saúde. Com a fala a conselheira Eugenia, ela cumprimenta a todos e gostaria de fazer uma consideração, vai fazer uma pergunta ao Drº Geraldo mais uma consideração porque no inicio da fala acha a importância do Núcleo é importantíssimo mais diz que essa judicialização ela desorganiza o sistema de saúde não é culpa de pacientes do SUS, essa desorganização na sua leitura a desorganização vai do não cumprimento ou da falta dessas políticas sociais de saúde e isso se forem examinar através de fazer uma retrospectiva sabem, diz que estão sofrendo com o Governo federal, o orçamento ele vem diminuindo porque, sabem que 2017 o que foi aprovado pelo governo Temer quanto a todas as políticas publicas de educação, saúde foram a diminuição do teto, que teto é esse a emenda constitucional 95 colocou isso os investimentos eles vem diminuindo em todas as políticas sociais e a saúde e educação elas sofrem esse grande impacto então por isso hoje o governo federal vem exatamente diminuindo seu investimento e com esse governo atual especificamente. Diz que a Drª Renê que conheceu hoje pela primeira vez ela indica outros caminhos, que outros caminhos eles tem para buscar isso então vão simplesmente derrubar a emenda 95 para que possam exatamente lutar, mais o que é que estão vendo ai, estão vendo a privatização das políticas sociais saúde, educação, assistência social, o desmantelo do sistema, é o que estão vendo e os Brasileiros viram como o SUS que alguém colocou viva o SUS, porque se não tivessem o SUS tinham hoje mais que 516 mil mortes no Brasil mesmo sendo um sistema de saúde ameaçado pela privatização, porque as privatizações, os planos de saúde eles querem exatamente privatizar até o SUS como o antigo ministro da saúde, então tem outros caminhos e os outros caminhos é derrubarem esse teto que foi a emenda 95 para que possam buscar orçamentos que os governos se comprometam mais o que fizeram os governos estaduais lideraram aqui em Pernambuco mesmo liberou os deputados Federais para votarem a favor da emenda 95 eles votaram na PEC da 247 que foi para o senado que virou a emenda constitucional 95, então o que tiveram foi isso, mais tem outros caminhos de luta é derrubar esse veto e terem a cada ano um aumento no investimento da saúde pública do Brasil porque é exatamente o povo trabalhador e trabalhadora é a classe que precisa porque a companheira Renê disse ai não é o ministro do supremo, não é o Deputado que vai exatamente para uma porta do SUS não eles vão para os maiores sistemas de saúde que são os privados e que eles não ter o melhor atendimento não é o colega que perdeu a mãe porque não tinha o leito de UTI no hospital da Restauração. Então é isso que devem o outro caminho é esse é lutar para que tenham o retorno dos financiamentos garantido lá na constituição Brasileira e tirada por esse governo e pelo governo anterior. Com a fala o conselheiro Euclides, ele cumprimenta a todos e diz que a fala de Jany trouxe uma foi uma fala que como uma gestão de ordem que lhe fez lembrar exatamente o inicio dessa conversa a necessidade que se trazia uma discussão dessa para dentro do conselho e era da mesma forma que Jany colocou. Inclusive naquele mesmo ano em 2019 ele participou de uma reunião lá na UNB na sede da Fiocruz que era sobre o financiamento do SUS e um dos temas que precisava ser abordado a nível de Brasil não era só de Pernambuco a nível de Brasil, era a judicialização da saúde e outro tema seria a privatização e chagou com essa fala no conselho estadual, o que lhe preocupa com esse tema tão importante para que possam buscar uma solução discutir a melhor forma de se tratar esse tema não é colocando aqui nesse momento, a sua preocupação é essa que existe essa questão, por exemplo, a proposta do contra ponto mais não é um contra ponto da secretaria de saúde e uma determinada instituição acha que existe sim um contra ponto da necessidade de se judicializar ou se isso não precisa deve não ter, agora a sua preocupação é acha que deveriam passar por uma discussão mais ampla, mais compreensiva e inclusive até se for necessário uma audiência pública para que possam entender melhor o tema até porque ele na qualidade de usuário fica preocupado também sente porque quem pode levar a justiça, quem pode judicializar, quem é que vai na hora do leito ter essa orientação a não ser que se procure uma instituição e que se faça isso e quais são os critérios para que possam conseguir essa judicialização. Tudo isso lhe preocupa porque esta falando isso não é sendo a favor ou contra a nada não, é uma preocupação enquanto usuário se ele terá essa condição de fazer isso ou não porque vê todo dia morrendo muita gente. Muita gente passando por necessidade de ir para um leito e não tem. Agora ficou muito feliz com a fala ontem do secretario quando falou que provavelmente com o fim da pandemia vão ter uma situação bem melhor em relação a leitos, deveram ter mais leitos dentro do estado então isso para ele lhe deixa mais tranqüilo, mais essa discussão para finalizar acha que eles tem que ter uma discussão mais ampla que sejam mais compreensivas e que não seja puxado para esse lado que é a secretaria de saúde contra determinadas instituição, determinado grupo que defende acha que não é por ai, acha que é mais pela questão das políticas públicas buscando solução para o melhor atendimento e para que o pobre do SUS, aquele que não tem informação seja beneficiado, ter direito ao SUS e igual direito a qualquer outra pessoa e que não seja necessário buscar a justiça, agora se caso tenha que ser necessário usar a justiça que seja um direito para todos e igual para todos. Receber essa assistência da justiça mais acha que tem que lutar mais por uma questão de política e melhorar o atendimento em relação a esse tema. O conselheiro Humberto diz que agora não estão tendo mais questões, posicionamentos é muito importante acha que a fala de Jany é quem desencadeou essa reflexão sobre essa temática hoje no conselho em um formato diferente inclusive porque não teve realmente o contra ponto, então agora que esta fazendo a identificação disso, existe o problema ninguém que é gestor do SUS tem um posicionamento de não reconhecer vazios assistenciais esses existem e são constatados, qualquer necessidade de oferta de serviço mesmo que seja de medicamento de alta complexidade ou medicamentos como na maioria, não diz na maioria mais de alguns casos dessas demandas judiciais são a utilização de medicamentos no formato Off label não aplicado conforme as bulas definem e isso gera um problema judicial que termina gerando uma demanda judicial então alem de todas as outras questões de oferta apesar de Pernambuco por exemplo tem uma rede considerada grande, uma rede pública grande, tem muito mais do que muitos outros estados mais tem realmente deficiência ninguém nega que tem vazios assistenciais, esta sendo discutido a questão do PRI que é o planejamento regional integrado para que eles possam com isso somar orçamentos ter a capacidade de melhorar a força de serviço, juntando de forma interfederativa tripartite, por exemplo, a definição de quais estratégias vão adotar para suprir essas necessidade, não estão negando que há necessidades, que há insuficiência de ofertas, que há vazios assistenciais com certeza sim. Então é esse dialogo é fundamental o conselho realmente é um fórum de debate que vai trazer a luz essa proposta para que possam esta discutindo, acha que é importante ouvir todos para que possam formatar e tirar uma sugestão de encaminhamento para discutir essas questões. Coma fala o conselheiro Sebastião, ele cumprimenta a todos e diz que esse tema seria interessante trazerem novamente um tema desse que é tão bom, tão gostoso de definirem, de trabalharem esse tema que é judicialização, eles vêem uma palavra tão bonita e é tão vergonhosa quando eles vão cobrar aquela coisa que eles tem direito isso é uma coisa que todo usuário deveria utilizar a judicialização deveriam cobrar no conselhos, os conselhos tem autonomia, tem aquela autoridade de cobrar do gestor de colocar o gestor no patamar de atender as reivindicações deles, atender as necessidades deles o SUS é um plano tão bom, estava observando a fala de Euclides que fala bonita que ele falou sobre a questão da judicialização. A judicialização vão cobrar um direito que tem e se existe o ministério público existe todo o arcabouço das leis atem uma constituição que é bonita de 88, o artigo 5º fala o que eles tem que ter toda a eficiência, toda essência de atendimento, toda a reparação de todos os benefícios que precisam sem esta cobrando que acha a judicialização uma questão de fazer mendigagem, fazer um tipo de esta pedindo ao gestor, esta pedindo a justiça fazendo uma mendigagem daquele direito que eles tem, que é uma coisa que não devia acontecer, essa judicialização que falam isso era um tema que deveria ser um tema o dia todo para trabalharem isso, e sanar essa questão de esta mendigando os direitos que eles tem, vêem que o SUS é deles, outro dia eles tinha o petróleo, vê o interior pobre o povo queimando lenha e lenha faz a fumaça, a fumaça traz o cansaço nas pessoas. Vê que essa questão deles estarem pedindo para se cumprir o direito que eles tem, acha uma coisa que é muito capenga de uma forma de dizer, deles serem conselheiros e estarem mendigando a questão da judicialização para acontecer o que precisam. Com a fala o conselheiro Isaac, ele cumprimenta a todos e gostaria de Saber de Drº Jorge sobra a estatística porque sabem que pessoas com deficiência e doenças raras eles necessitam de um determinado remédio para poder sobreviver principalmente as pessoas com o AME que é a atrofia da medula espinhal e gostaria de saber como anda, se anda muito processos porque tem duas pessoas que tem conhecimento na associação que necessita desse remédio para poder sobreviver, outra coisa uma coisa que ele achou e não gostou da palavra de Euclides foi dizer que pobre uma coisa ele tem certeza eles tem o maior e melhor plano de saúde do mundo que é o SUS. O SUS é o melhor plano de saúde do mundo isso não tem duvida e diz sim que há uma reivindicação muito grande de UTI de judicialização muito grande mais porque a demanda é grande também, então eles tem que vê, tem que colocar os dois pesos e duas medidas na situação. Gostaria de dizer que fica muito feliz por fazer parte desse colegiado e por aprender a cada dia fazer o controle social levantando a bandeira do SUS que acha que é o que eles tem que fazer. E onde esta com dificuldade tentarem colocar o controle social para melhorar. Com a fala Drº Geraldo, diz que mais uma vez agradece as colocações e os questionamentos que foram colocados para debate e rapidamente sobre a fala de Jany Welma como o primeiro contato que ele tem com o conselho é esse mais entendendo qual seria a proposta que ela revelou o que ela externou quando foi votado essa participação aqui só queria aproveitar e dizer que os números que são gerados aqui de judicialização eles são repassados a gestão para que elas entendam quais são as falhas e também aproveitando também a fala de Drº Humberto quais da assistência que são necessários serem supridas demonstrou que no ano de 2017 houve uma queda por causa da incorporação de medicamentos de um tratamento especifico para a visão. Então de certo essa reação a judicialização ela vem muito tempo depois da própria secretaria porque precisam entender qual o contexto, qual a necessidade ampla da população para começar a discussão da política pública, como eles em judicialização lidam com casos pontuais daqui que eles consigam juntar um numero de casos suficientes para demonstrar que existe uma necessidade um vazio assistencial naquela área ou naquele tipo de serviço demora um pouco mais a reação ela sempre vem de uma forma ou de outra e esta provado por vários movimentos que acabaram ensejando em, por exemplo, incorporação de medicamentos mais esse movimento não é só o estado de Pernambuco existe uma pressão geral mais cada estado coordenando e todos eles se coordenando para pressionar a união. E se coloca a disposição na fala de Jany Welma e se coloca a disposição qualquer outro momento conversarem novamente sobre isso. A senhora Regina Lemos e ficou muito contente também no momento que ela coloca que a culpa não é dos pacientes e esta bem certo, e todos entendem isso que a culpa é da desorganização do SUS, não é decorrente dos pacientes que judicializam tem esse entendimento bastante claro mais parte dessa desorganização que é a pressão em cima do gestor que já esta cuidando de outras políticas públicas com muita dificuldade ela decorre do estado e vai ser repetitivo assumir obrigações que não são deles, então se começarem a passar a obrigação de outros entes para o estado de Pernambuco, o estado de Pernambuco vai estar trabalhando além da capacidade, vai estar trabalhando com políticas as quais eles não dominam, vai estar trabalhando financiando a assistência a saúde com um recurso que ele não esta recebendo de volta que é o recurso SUS. Em judicialização da saúde 100% do recurso utilizado é recurso do estado de Pernambuco zero SUS. E pede desculpa pela insistência em falar em recursos financeiros lá atrás se falou a ponderação entre a questão financeira e saúde e se repete não é financeiro contra a saúde, e saúde contra saúde porque o financeiro vai deixar de assistir, vai deixar de estar presente em determinado programa em determinada assistência que o estado se propõe fazer e vai ser direcionado para a judicialização naquela idéia que já passaram aquela carteira única para tudo. E a questão da pressão da população achou muito interessante na fala da senhora Eugenia Lemos de conclamar a população em fazer a pressão em cima dessa necessidade de melhorar o financiamento do SUS seja por meio da queda da emenda constitucional ou outros meios necessários, ele chegou no estado em 2010, o governador da época ele exercia outra função no governo é servidor de carreira mais trabalhava na controladoria e um trabalho que os foi passado foi analisar a tabela SUS e em 2010 havia uma grande discrepância nesses valores cobrados de mercado e a tabela SUS, até hoje eles vêem suportando o ônus de adquirir serviços de saúde que ano a ano são mais caros, insumos de saúde que ano a ano são mais caros e o recurso que é recebido é muito menor e não é atualizado, então quando se fala em desorganização é um contexto muito maior do que simplesmente essa questão administrativa de esta processando de estar atendendo a demanda judicial. Com relação as colocações do senhor Luiz Sebastião que a judicialização deveria acontecer e seria tema para outro dia novamente se coloca a disposição e realmente a judicialização ela poderia até não acontecer é uma forma de pressão, é uma forma de acesso mais deveriam aprender com ela, olhar para ela com um olhar diferenciado e verificar aonde estão os problemas para atacarem de maneira organizada então se todos tomam ciência de quais são os problemas que realmente acontece podem achar uma solução que a principio pode não parecer a melhor mais em evolução podem achar uma condição, uma situação que melhor sendo paciente do SUS. O senhor Isaac Machado ele colocou a questão das pessoas com deficiência e isso é um tema bastante importante para eles mais vai repassar a seguinte situação, eles trabalham com as estatísticas e tem necessidade que os médicos quando prescrevem essas medicações, esses produtos e serviços identifiquem qual a patologia, qual é a doença que o paciente sofre e em grande parte dos casos e os médicos não os trás então é muito difícil as vezes identificar se a pessoa tem ou não deficiência a não ser pela leitura atenta da decisão judicial. Da condição que a pessoa se encontra num laudo médico mais esse trabalho pode até ser tema de um estudo em cima dos números que eles tem, quem sabe eles colocam estudante para olhar para isso com mais carinho e ele colocou também a questão do remédio para atrofia muscular espinhal o SUS ele já incorporou essa medicação para alguns tipos de atrofias musculares espinhal, a medicação ampola até hoje é o medicamento mais caro que eles tem uma ampola custa em torno de 272 mil reais e traz essa questão desse valor porque independente do valor o SUS fornece esse produto, foi um dos últimos produtos que foram incorporados pelo SUS e já se fala em uma nova tecnologia que tem um custo muito mais alto e já esta se estudando para fornecimento. Agora o fornecimento desse medicamento em decorrência do custo ele é feito pela união e é um daqueles que quando a união não envia o medicamento faz falta para os pacientes, a maior parte das ações judiciais que eles tinham relativo a atrofia muscular espinhal encaminharam para a farmácia de Pernambuco, a farmácia de Pernambuco escreveu os pacientes e os pacientes vinham recebendo essa medicação regularmente agora eventualmente quando a união não manda eles fazem uma compra extra pelo próprio estado e faz a entrega ao paciente, isso em linhas gerais e a questão de dois pesos e duas medidas mais queria trazer uma interpretação que realmente é olhar para os dois lados tanto essa questão administrativa, financeira, jurídica operacional que eles exercem lá para dar conta de tudo e conforme já falou muito a judicialização é atendida dentro da própria estrutura SUS utilizando recursos SUS e entende também o controle social e seus mais amplos aspectos e representações ela é a principal arma e não a judicialização para eles utilizarem e melhor servirem a população, deficiências exigem mais é necessário um debate muito mais amplo e muito mais embasados em dados, muito mais embasado em situações que possam provar e possa tornar concreta para que entendam qual o contesto pata tomar melhores decisões. Com a fala o conselheiro Carlão, ele cumprimenta a todos e diz que é um assunto de suma importância, já esta um pouco atrasado estarem discutindo agora era para ter discutido anos atrás e que na verdade é uma situação que os usuários do SUS estão passando. É muito fácil dizerem que o SUS é o maior plano do Brasil isso ele sabe que é mais vá dizer para aquele que passou pela situação que seu amigo Júlio passou na perda da sua mãe por não ter UTI, talvez ele na época não pensou nem entrar com uma ação para eles é difícil quando entram com uma ação, ele é sindicalista esqueceu de dizer que é Carlão representante do Sindisprev do segmento Trabalhador SUS, eles entram com uma ação sindical judiciando uma ação sindical e as vezes sabem que tem um direito e o direito não é dado, mais podem sobreviver, imagina uma pessoa entrar com uma ação judicial dependendo da sua vida, do seu bem estar de famílias que na verdade, as vezes não é nem o paciente que entra é a família que entra com a ação porque a pessoa já esta nua situação que a única alternativa é aquela que o médico passou seja medicação ou UTI ou tratamento e como é que fica essas pessoas. Na verdade isso os traz porque na oitava conferência discutiam o esboço do SUS e a discussão deles naquela época era que o sistema fosse único e verdadeiramente perderam, foram massacrados pelos representantes donos de hospitais o lobe que foi feito e o SUS infelizmente não ficou único, sabem quem trabalha em hospital sabe o valor que um hospital, Barão de Lucena, Getúlio Vargas, HGA, Agamenon Magalhães, Otavio de Freitas, todos os hospitais o valor que ele paga pela medicação básica que é comprada para o hospital é vendida a um preço muito alto porque na verdade nem sempre os hospitais compram a dinheiro é uma coisa que se olharem o buraco é mais embaixo vão ver, na verdade o Srº Jorge ele fez uma explanação que depende de uma serie de questões e que na verdade passam despercebidos com relação a isso. É lamentável que na apresentação do expositor não teve uma contra partida para orientar seguirem a verdade não quer dizer que senhor Jorge esta mentindo, seguir o que a intuição iria defender, espera que na próxima e que não demore muito possam estar discutindo com uma pessoa que tenha conhecimento que possa estar na verdade dando um retorno para os conselheiro com relação a isso. Agora isso é uma coisa que precisam cobrar do governo estadual cobrar do governo federal a falta de medicação. Diz que na verdade é do ministério da saúde e quando entrou em 1979 no ministério da saúde foi trabalhar na central de medicamentos chamada Ceme aqui em Pernambuco, era tanta medicação que se tinha, tanta medicação que era dois galpões grandes que tinha na Imbiribeira que tinha tempo que ficava lotado que não podiam nem se locomover lá dentro, depois que foi criado o SUS primeiro veio o SUDS sistema único decentralizado de saúde e depois veio o SUS definitivamente nesse período foram trabalhar no Dom Pedro II numa sala um pouco maior do que a sala que se reúnem no Conselho Estadual de Saúde porque o governo não investiu mais em medicação, o governo Federal para o estado e para os municípios e olhe que eles abasteciam todos os municípios com medicação é hoje as medicações não é dada ao povo, o povo sofre com tudo isso e ai para concluir sempre diz isso quando teve a oportunidade da aprovação do SUS de ir para a previdência porque todos sabiam que ele cuidava da saúde de quem contribuía com o INSS e tinha a oportunidade de ir para o INSS e ganharia muito mais do que talvez até 25% do que ganha hoje, mais preferiu ficar no SUS entendendo que tinha que consolidar o SUS e que não corressem atrás de cuidar de doença mais a prevenção, de se prevenir, infelizmente isso não aconteceu e cada dia o caos acontece cada dia mais dentro da saúde é lamentável vê que uma pessoa que para poder ter uma assistência como os companheiros falaram que esta na constituição que a saúde é um direito do cidadão e uma obrigação do Governo é essa obrigação não tem. E esta correndo atrás da judicialização. Gostaria que o expositor se ele tiver oportunidade de na próxima ele fazer essa apresentação que ele também porque viu nele uma sensatez no serviço que ele faz acha que poderia trazer proposta para que possa se melhorar, de correr atrás, de se resolver com relação a questão da saúde as verbas que a saúde paga aos hospitais são vergonhosas e tem que correr atrás para tentar resolver não adianta ficarem aqui só no bla-bla-bla e não resolver porque verdadeiramente isso resolve um financiamento para o SUS porque saúde só é lembrada por quem esta no poder quando na verdade estão no período de eleição ai todos eles sem exceção falam na saúde mais quando chega lá esquece porque não tem o compromisso com a saúde. Com a fala o conselheiro Wilson, ele cumprimenta a todos e agradece a Drº Humberto, a Suzana, Isaac e Carlão que os antecederam e também a Drº Geraldo Jorge por trazer Petrolina presente na judicialização da saúde nas demandas que são altas, mais faz parte do processo do pacote das politicas públicas que eles tem e ele trouxe bem presente isso mais faz só uma referencia e em seguida uma pergunta a Drº Geraldo. Graças a Deus primeiramente e graças também ao sanitária Drº Regio Cordeiro que quando esteve na presidência do Inamp nos anos 70 com o advindo da reforma sanitária Brasileira que construiu seus alicerces do futuro do SUS nos anos 80 e bem lembrado por Carlão que foi formalizado, reconhecido na Oitava conferência nacional de saúde em 1986 que era construir os alicerces do futuro do SUS era saúde como direito de todos e dever do estado, universalização, integralidade na assistência a população, sistema único, descentralização, participação e controle da população como elemento fundamentais a serem alcançados e quando o senhor fala de Petrolina com referencia a questão dos estado e essa questão do custo que se tem e da demanda que impacta com certeza a receita da saúde porque o SUS é nosso, quem paga é o senhor, quem paga somos nós, quem paga é cada Brasileiro e Brasileira com os seu tributos que são recolhidos para terem uma melhor qualidade de vida uma assistência melhor uma promoção da saúde então quando a no município tem uma demanda cobram do Estado, o município cobra do estado o estado por sua vez alega que o problema é Federal, então o que é que o núcleo de judicialização da saúde do estado de Pernambuco precisa do controle social para fazer valer o direito deles dos repasses dos valores a saúde são destinados a saúde são tripartite, os três entes federados tem a sua corresponsabilidade, já defenderam o controle social aqui no estado no município quando manda um paciente de Petrolina para Recife não é só o paciente que tem que ir tem que ir a verba também não pode ficar lá com ele, quem vai cuidar é Recife é, mais se Recife manda lá o Sul então tem que mandar também para o nacional então tem que ter essa corresponsabilidade tripartite, se não tiver o controle social também tem que cobra também, o controle social do estado tem que cobrar também do Nacional é para isso que tem o conselho Nacional de Saúde para cobrarem deles o repasse do Federal para o estadual por isso que eles tem aqui o controle do estado para repassar para o município e o município para corar e vice e versa a corresponsabilidade ela tem que ser universal, ela tem que ser integral e a isonomia tem que ter tal qual tem três poderes, o Executivo, o Legislativo e o Judiciário cada um faz a sua parte, cada um tem que cumprir com seus direitos e suas obrigações e a constituição tem que ser defendida nesse ponto, é assim que fazem a democracia, é assim que fazem politicas públicas de saúde e trazer sempre presente a oitava conferência de saúde porque foi lá onde no advento da oitava conferência Nacional de saúde tiveram o reconhecimento da reforma sanitária Brasileira. Sebastião usou uma palavra que não gosta muito da palavra mendigar mais na verdade no amplo geral de uma forma simbólica eles as vezes mendigam mesmo em uma situação de saúde que na verdade é uma defesa e uma necessidade de direito que eles tem, cada um deles tem direito, aprendeu com seu pai e com sua mãe e seus avós e bisavós de direito tem quem direito anda então tem que andar direito para garantir o direito deles, então o estado também tem cobrar Drº Geraldo Jorge o que depender do controle social crê que nenhum dos pares que esta aqui vai se omitir para que possam cobrar do Nacional o repasse deles, como eles também podem se manifestar contra as situações nacionais que acontecem e que estão acontecendo com essa questão da vacinação, na defesa principalmente agora estão lutando e brigando é um direito vacinar é mais ninguém é obrigado mais se o estado Brasileiro ele cobrar a efetivação do estado serviços dos bancários porque é que não vacinam os bancários para atender a população, tem que vacinar, se tem o paciente de lúpus que precisa da hidroxicloroquina salvo engano se não lhe falha a memoria esse medicamento que que os lupicos usam porque que não tem esse direito esta faltando, o pessoal da fibromialgia não tem a mitripinina, o pessoal de câncer não tem os seu medicamentos, as pessoas com deficiência tem o direito e porque que não é garantido, vamos garantir sim o direito, vão judicializar para favorecer a qualidade de vida é uma necessidade então o que depender. O senhor poderia dizer para nós quanto é que o nacional esta devendo para o estadual para brigarem por isso qual o tamanho do pacote e vão atrás o controle social é o termômetro da gestão, contudo também precisam que o governo ele escute o controle social da saúde que quando colocam numa nota de posicionamento o que aconteceu recentemente o governo negou aprovar determinadas notas que já sabem do que aconteceu nesse ultimo ano, o ano passado pra cá desde a pandemia. Precisam também dessa coesão porque estão brigando pelo que é direito, pelo que é certo não querem nada demais, se um centavo pertence a eles vão brigar pelo um centavo, se é um milhão é um milhão, se é dez milhões é dez milhões, então vão brigar pelo que é de direito e o que é de direito tem que ser garantido. Agradece a Drº Geraldo e a Drº Humberto pela inscrição e parabeniza o circulo Operário de Nazaré pelo aniversario de que esta fazendo e no trabalho no desenvolvimento no estado. Com a fala a conselheira Renê, ela cumprimenta a todos e diz que precisam desse controle social, precisam de ação judicial precisam de tudo isso, tem que encontrar um equilíbrio naturalmente para continuarem nessa caminhada mais quando o paciente precisa vão esquecer equilíbrio e vai lutar pela vida dele que é urgente quando o paciente receber o oxigênio na UTI é rápido, é uma necessidade de emergência então nessa hora tem que correr atrás. Mais gostaria de fazer uma sugestão e um pedido a Drº Humberto que seria o seguinte cada serviço desse como o HR tem suas especialidades aneurisma, problemas ortopédicos, o Hospital Otavio de Freitas pacientes com Tuberculose, a questão de urologia cada hospital dentro da sua especialidade disponibilizar para o conselho estadual de saúde para esta câmara as listas de espera ou seja a partir desse documento no conselho poderem estudar a lista de espera de Neuro da Restauração, de Ortopedia do HR, Vascular do HR, já aconteceu de chagar no HR encontrar paciente idoso no 7º andar se não se engana chorando porque precisava amputar um pé, paciente idoso dentro do hospital numa lista de espera, esperando chorando para amputar um membro, isso é desumano de mais então esse conselho que esta muito feliz de esta participando agora desse conselho nessa gestão agora atual desse conselho vê que estão se descobrindo mais as possibilidade, então seria a disponibilidade dos hospitais Agamenon, Getúlio, Barão, HR, e até as UPAS todas quando tivesse paciente lá precisando de UTI, essa listas ficarem disponibilizadas para o conselho estadual de saúde porque através dessas listas vão conhecer melhor essa lista de espera a necessidade dos pacientes e também em nome do principio da transparência o paciente saber, esta com um tumor cerebral mais o seu lugar você esta no 15º lugar o paciente vai ficar sabendo qual o lugar dele da mesma forma que o paciente do transplante ele sabe onde é o lugar dele que ele vai ficar esperando, o paciente da Neurologia, o paciente da Ortopedia isso é uma maneira de deixar claro a situação do paciente qual a posição dele, inclusive se ele quiser ir para a justiça muito bem, mais precisam começar a usar essa metodologia da transparência, antigamente logo que fundou a associação em 96 tinham muita dificuldade para conseguir laudo médico as coisas pareciam ser muito escondidas, com a evolução de hoje na própria lista de espera de UTI que eles recebiam e depois não foi mais repassado que eles tinham uma ação judicial para isso a lista já fala pacientes esta aguardando UTI, paciente com covid, paciente com problemas neurológicos. Essa lista a transparência é vital para o paciente e para o controle social gostaria de deixar esse pedido para Drº Antunes de analisar essa possibilidade pelo principio da transparência a priore estão pedindo que essas listas todas cheguem no conselho estadual de saúde claro que eles quanto associação quando Aduseps pode entrar na justiça para pedir essas listas, mais vamos evitar uma ação de judicialização uma vez que essa lista pode ser disponibilizada para o conselho então o conselho vai estudar essas listas e vão discutir depois que encaminhamento devem fazer mais ela acha que como encaminhamento também, sugeri que os pacientes tomassem conhecimento da sua posição na lista, não sabe se vai aumentar a indignação deles , se vai aumentar a corrida pela justiça ou se vai simplesmente chorar e dizer é isso mesmo. Mais fica a sua proposta. O conselheiro Humberto diz que vai ficar registradas as demandas. Acha que Jorge deve fazer uma fala final e depois discutem um pouco essa questão. Na verdade as listas são uma demanda que hoje esta fora da rede hospitalar a não ser aqueles pacientes que já estão internados, as listas hoje são mais da central de regulação e é claro que tem um protocolo de decisão, por exemplo, ela citou a questão dos transplantes. O transplante de fígado tem toda uma classificação do paciente da eleição dessa necessidade de cobrir a fila. Mais é um tema que vão discutir. A conselheira Renê pede para fazer uma observação deu um exemplo da lista do transplante, mais esta falando da lista de Aneurisma, lista de cirurgia ortopédica, lista de câncer, por exemplo, de próstata no Otavio de Freitas essas listas já constam nos ambulatórios quando os médicos atendem os pacientes essas listas já tem lá, então essas listas que ficariam disponibilizadas, não é a de paciente internado também do paciente internado, mais essas listas iriam para o conselho estadual de saúde para o controle social, não é lista só de paciente internado também. Com a fala Geraldo Jorge, agradece novamente, a fala de Drº Renê Patriota, Srº Wilson, Srº Carlão colocando em perspectivas esse assunto, sendo bastante breve a questão da evolução do SUS na historia do SUS levantada por Srº Carlão e aproveitada pelo senhor Wilson ela é muito importante dentro do contexto deles porque também reflete a historia da judicialização de saúde foi citado por um dos conselheiros a questão da judicialização dos medicamentos para AIDS e foi o marco inicial da judicialização se forem olhar para a questão histórica e surtiu excelente efeito relacionado a criação de politicas públicas e a disponibilização do que a população necessitava para cuidar daquele mal que na época visto com tão maus olhos, mais hoje sendo tratado com bastante naturalidade até pela população mais a questão da contra partida também levantada pelo Srº Carlão ela foi também falada por ele mais queria reprisar no sentido deles enquanto estado tem uma estrutura e já entrando o que é necessário para o conselho social ele tem uma estrutura dentro do núcleo de ação judicial recém montada e juntamente com a procuradoria geral do estado que esta levantando todos esses valores que a união esta devendo em ações judiciais importante, ações judiciais em que o estado e a união são partes não apenas o estado mais o estado e a união são parte e a união no despacho do juiz foi obrigado a fazer o ressarcimento em toda ou em parte da demanda. Mais o que é necessário o que o conselho poderia ajudar, o que é que o controle social pode ajudar, eles tem diversos atores nesse contexto em judicialização a única coisa que se propõe a externar aqui enquanto proposta dentro da sua competência dentro da secretaria de saúde é juntar esses atores e conscientizar sobre essa separação de competências também bem explicada pelo senhor Carlão então se for judicializar, si houver essa necessidade, se houver vazio assistencial procure o ente, enquanto sugestão a pessoa que esta demandando pode demandar a qualquer dos entes mais já recebeu lá um prefeito, sabe que é estatística boa um só, mais um prefeito foi conversar com ele desesperadamente porque a judicialização que afetou o município dele consumia um terço do recurso de saúde que ele tinha, então esta utilizando esse único exemplo e não vai ampliar aqui no argumento para enformar que uma única ação ela pode estragar atrapalhar a gestão de qualquer programa ou de vários programas no caso as prefeitura. Então o conselho, esse ente tão importante para o SUS, o ente mais importante do SUS trazer a consciência dessas entidades que patrocinam essas ações judiciais ministérios públicos, associações de pacientes, advogados particulares, defensorias que no ato da petição que procure o ente responsável, o judiciário federal, o supremo tribunal Federal já vem fechando entendimento nesse sentido, o que é da união para a união, o que é do estado do estado e o que é do município do município. Vai ajudar inclusive eles aproveitarem esses números e gerar politicas públicas adequadas e necessárias a população. Entende que esta contemplada a fala de Carlão, a solicitação de proposta dele e vai ficar contido nessa única até porque não vai invadir a área de outros colegas gestores entendendo que algumas propostas elas necessitam de debate muito mais amplo até para a proposição. E por fim essa divisão e essa obtenção de recurso e vai aproveitar a fala de Wilson torna o sistema mais equilibrado então mais justo para todos mundo no momento que equilibram esse sistema não fala só da questão financeira o cidadão do estado de Pernambuco que utiliza o SUS que é gerido pela secretaria estadual de Pernambuco e todas as outras secretarias municipais eles obtêm melhores serviços, com certeza ele vai obter melhores serviços porque a estrutura que serve a ele não vai estar recebendo uma carga inapropriada, indevida e por fim a senhora Renê fez um pedido a Drº Humberto e ele vai se colocar a parte mais agradece também a intervenção e diz que gostou muito de esta aqui hoje e de receber todo esse feedback essa intervenções e esse questionamentos todas as opiniões foram aproveitadas, ele fez um conjunto de anotações e ela serão aproveitadas no futuro dos trabalhos deles e se coloca a disposição para que em outro momento inclusive se os senhores e senhoras propor os tópicos específicos para falarem, fiquem muito a vontade, se tiverem os dados, se tiverem as informações vão levar e vão discutir e vão apresentar com a isenção que é necessária sempre defendendo o Sistema único de saúde que é a função maior do gestor que esta aqui hoje falando aqui. Agradece. O conselheiro Humberto agradece pela participação, abrindo um espaço importante de discussão sobre a questão da judicialização no SUS. Já está no final da jornada de hoje, agradece a todos e todas e esperar pela próxima reunião para que possam, recebeu uma mensagem de Lidiane que a executiva vai ser demandada sobre essa questão do encaminhamento de uma discussão mais profunda sobre essa questão da judicialização. Oportunamente vão ter um outro espaço para poderem conversar. E por nada mais haver a tratar, finaliza-se o registro da 530ª Reunião Ordinária do CES/PE.  A presente Ata foi redigida por mim, Sheyla Rosiris Lisboa Pessoa. Recife dia 30 de Junho de 2021. Presentes as entidades e respectivos representantes: José Carlos Tavares, Trabalhador, Sindisprev, Titular....................................................; Ivonete Maria Batista, Trabalhador, Sindsprev, Suplente....................................................; João Batista Fortunato, Trabalhador, SINDSAÚDE, Titular....................................................; Brígyda Maria Fernandes Soares, Trabalhador, Sinfarpe, Titular....................................................; Irís Maria da Silva, Trabalhador, CRP-02....................................................; José Felipe Pereira, Trabalhador, Sindsep/PE, Titular....................................................; Oilda Maria da Silva, Trabalhador, CREFONO, Suplente....................................................; Adma Belarmino de Sousa, Trabalhador, Sindupe, Titular....................................................; Rosa Maria de Lima Gomes, Trabalhador, SOEPE, Titular....................................................; Ana Caroline Novaes Soares, Trabalhador, Coren/PE, Suplente....................................................; Silvania Timóteo de Lima, Trabalhador, SINDACS/PE, Titular....................................................; Magdiel Matias de Vasconcellos, Trabalhador, SATENPE, suplente....................................................; Euclides Monteiro Neto, Usuário, Instituto Brasileiro Pró-Cidadania, Titular....................................................; Luiz Sebastião da Silva, Usuário, Instituto Brasileiro Pró-Cidadania, Suplente....................................................; Elizete Maria Viana Maciel, Usuário, Casa de Apoio Vovó Bibia, Titular....................................................; Ziuna da Costa Cirne, Usuário, Casa de Apoio Vovó Bibia, Suplente....................................................; Josefa Renê Santos Costa, Usuário, Aduseps, Titular....................................................; Mônica Maria Gusmão Costa, Usuário, Aduseps, Suplente....................................................; Isaac Machado de Oliveira, Usuário, Saravida, titular....................................................; Maria Thereza Almeida Antunes, Usuário, Associação de Pais e Amigos de pessoas com Síndrome de Down, Suplente....................................................; Alan Patrício Menezes Silva, Usuário, CUT, Titular....................................................; Eugenia Gonçalves de Lemos, Usuário, CUT, Suplente....................................................; Ana Mônica Ribeiro Nascimento Cordeiro, Usuário, Pastoral da Saúde, Titular....................................................; Adeildo Antônio da Silva, Usuário, Pastoral da Saúde, Suplente....................................................; Antenor Martins de Lima Filho, Usuário, FETAPE, Titular....................................................; Cristina Maria de Andrade, Usuário, FETAPE, Suplente....................................................; Ubirajara Alves de Lima, Usuário, FECOPE, Titular....................................................; Antônio José Gomes de Oliveira, Usuário, FECOPE, Suplente....................................................; Jair Brandão de Moura Filho, Usuária, GESTOS, Titular....................................................; José Cândido da Silva, Usuário, Gestos, Suplente....................................................; Julio Cesar Bezerra da Silva, Usuário, Circulo Operário de Nazaré da Mata, Suplente....................................................; Paula Thauany de Alencar Lúcio, Usuário, Madre Paulina, Titular....................................................; José Wilson Alencar de Oliveira, Usuária, Madre Paulina, Suplente....................................................; Erivânia Ferreira da Silva, Usuário, ADVAMPE, Titular....................................................; Natasha Amanda Lima da Silva, Usuário, Amotrans, Titular....................................................; Karla Dias Macedo da Silva, Usuário, Amotrans, Suplente....................................................; Elizabeth Cavalcanti Jales, Gestor/Prestador, Secretaria de Educação, Titular....................................................; Humberto Maranhão Antunes, Gestor/Prestador, Secretária de Saúde, Suplente....................................................; Lidiane Rodrigues Gonzaga, Gestor/Prestador, Secretaria de Saúde, Titular....................................................; Jany Welma Albuquerque, Gestor/Prestador, Secretaria de Saúde, Suplente....................................................; Maria Fernanda Gomes Ribeiro de Andrade, Gestor/Prestador, SEPLAG, Titular....................................................; Gustavo Brito Marinho Falcão, Gestor/Prestador, Seplag, Suplente....................................................; Amaro Henrique Pessoa Lins, Gestor/Prestador, Federação das Misericórdias e Entidades Filantrópicas de Pernambuco, Titular.